



Campus Universitário de Almada

Instituto de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada

RELATÓRIO FINAL O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19 NO PRIMEIRO CONFINAMENTO

Maria Manuela Silvério Candeias

Mestrado em Ensino da Educação Física nos ensinos Básico e Secundário

Orientador ISEIT: Prof. Dr. Fernando A. R. Vieira

Supervisora Estágio: Prof. Dra. Paula Rodrigues

Almada, 2022



Campus Universitário de Almada

Instituto de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada

RELATÓRIO FINAL O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19 NO PRIMEIRO CONFINAMENTO

Relatório final de Prática de Ensino Supervisionada apresentado com vista à obtenção do grau de Mestre em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (2º ciclo de estudos) ao abrigo do Aviso n.º 7255/2015 de 30 de junho de 2015

Maria Manuela Silvério Candeias

Mestrado em Ensino da Educação Física nos ensinos Básico e Secundário

Orientador ISEIT: Prof. Dr. Fernando A. R. Vieira

Supervisora Estágio: Prof. Dra. Paula Rodrigues

Almada, 2022

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO NO REPOSITÓRIO COMUM
Instituto
PIAGET

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO NO REPOSITÓRIO COMUM
Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto

Considerando que a legislação em vigor referente ao depósito legal de dissertações e teses - artigo 50.º, do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, obriga ao depósito de uma cópia digital das teses e outros trabalhos de doutoramento e das dissertações de mestrado num repositório integrante da rede RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal,
Maria Manuela Silvério Candeias
Portador do Cartão de Cidadão n.º 8080070
Autor do Trabalho de Projeto / Relatório Final / Dissertação de Mestrado
Intitulado/a: O Ensino da Educação Física em Contexto de Pandemia Covid-19 no primeiro confinamento
Concluído/a em 31/03/2022
Declaro, sob compromisso de honra, que:
1. O Trabalho de Projeto / Relatório final / Dissertação entregue e que conduziu à atribuição do grau é um trabalho original e detenho todos os direitos de autor;
2. Concedo ao Instituto Piaget, entidade instituidora da/o ISEIT
uma licença não-exclusiva para a/o arquivar e tornar acessível em formato digital no Repositório Comum, ou em qualquer outro repositório que a Instituição venha a utilizar, com o seguinte estatuto:
Acesso aberto X Acesso restrito ____
Acesso fechado ____ Acesso Embargado¹ ____ até ____/____/____

Email: mmcandeias@gmail.com Contacto tlf: 966912998
Data: 31/03/2022
Assinatura: Maria Manuela Silvério Candeias

¹Após a data indicada, o documento fica disponível em Acesso Aberto.

Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C. R. L.
Av. João Paulo II, Lote 544, 2.º T. 218 316 500 www.piaget.org
1950-757 Lisboa F. 218 595 825 info@piaget.pt

LICENÇA DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA – REPOSITÓRIO COMUM



ANEXO I

LICENÇA DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA – REPOSITÓRIO COMUM

Ao depositar no Repositório Comum, os autores devem concordar com a seguinte licença de utilização:

LICENÇA DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

Ao depositar um documento no Repositório Comum, o/a Sr./Sra. :

- a) Concede à FCCN o direito não-exclusivo de reproduzir, converter (como definido em baixo), disponibilizar, comunicar e/ou distribuir o documento entregue (incluindo o resumo/abstract) em formato digital, no quadro e para os fins e objetivos do projeto RCAAP.
- b) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder à FCCN os direitos referidos na alínea anterior ou que obteve do respetivo titular as necessárias permissões para essa concessão.
- c) Declara que a concessão à FCCN dos direitos referidos na alínea a), não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade e que o conteúdo do documento disponibilizado não viola direitos de terceiros.
- d) Declara acautelar que os documentos por si disponibilizados não contêm informações sigilosas ou confidenciais relativas à sua atividade educativa ou profissional, nomeadamente em termos de marcas, patentes ou segredos industriais ainda não registados ou atribuídos pelas entidades competentes.
- e) Declara que os documentos contêm todas as referências bibliográficas, editoriais, e a referência aos respetivos programas financiadores e apoios institucionais (se aplicável).

A FCCN identificará claramente o(s) autor(es) do documento entregue, e não fará qualquer alteração, para além das permitidas por esta licença.

O autor pode solicitar que o seu documento seja retirado do Repositório Comum.

Data: 31/03/2022

Assinatura: Maria Manuela Silvério Candeias

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

A presente dissertação foi realizada por Maria Manuela Silvério Candeias, do Ciclo de Estudos de Mestrado em Ensino de educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, no ano letivo de 2021/2022.

O seu autor declara que:

- (i) Todo o conteúdo das páginas que se seguem é de autoria própria, decorrendo do estudo, investigação e trabalho do seu autor.
- (ii) Este trabalho, as partes dele, não foi previamente submetido como elemento de avaliação nesta ou em outra instituição de ensino/formação.
- (iii) Foi tomado conhecimento das definições relativas ao regime de avaliação sob o qual este trabalho será avaliado, pelo que se atesta que o mesmo cumpre as orientações que lhe foram impostas.
- (iv) Foi tomado conhecimento de que a versão digital este trabalho poderá ser utilizada em atividades de deteção eletrónica de plágio, por processos de análise comparativa com outros trabalhos, no presente e/ou no futuro.
- (v) Foi tomado conhecimento que este trabalho poderá ficar disponível para consulta no Instituto Piaget e que os seus exemplares serão enviados para as entidades competentes e prevista na legislação.

30 março de 2022

Assinatura

Maria Manuela Silvério Candeias

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO NO REPOSITÓRIO COMUM	III
LICENÇA DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA – REPOSITÓRIO COMUM	IV
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	V
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE TABELAS	X
LISTA DE ABREVIATURAS	XI
AGRADECIMENTOS	XIII
RESUMO	XV
Palavras-Chave	xv
ABSTRACT	XVI
Keywords	xvi
1. INTRODUÇÃO	1
2. RELATO DE ESTÁGIO	3
3. ARTIGO CIENTÍFICO / DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL AO LONGO DA VIDA	35
4. REFLEXÃO FINAL/CONCLUSÃO	57
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Rubrica Apresentação Oral	17
Figura 2 - Rubrica Apresentação Oral	18
Figura 3 – Projeto Ginestal a dançar - Convite	32
Figura 4 – Projeto Ginestal a dançar – Informação aos Encarregados Educação	33

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas de Competência	22
Tabela 2 – Matérias a selecionar	23
Tabela 3 – Critérios de Avaliação	23
Tabela 4 - Conversão de Níveis em Pontos	24
Tabela 6 - Epítome do Questionário “O Ensino da Educação Física em Contexto de Pandemia Covid-19 no Primeiro Confinamento”	42
Tabela 7 - Respostas à Questão 1	43
Tabela 8 - Respostas à Questão 2	43
Tabela 9 - Respostas à Questão 3	44
Tabela 10 - Respostas à Questão 4	44
Tabela 11 - Respostas à Questão 5	45
Tabela 12 - Respostas à Questão 6	46
Tabela 13 - Respostas à Questão 7	46
Tabela 14 - Respostas à Questão 8	47
Tabela 15 - Respostas à Questão 9	48
Tabela 16 - Respostas à Questão 10	48
Tabela 17 - Respostas à Questão 11	49
Tabela 18 - Respostas à Questão 12	50
Tabela 19 - Respostas à Questão 13	50
Tabela 20 - Respostas à Questão 14	50
Tabela 21 - Respostas à Questão 15	51

LISTA DE ABREVIATURAS

AC – Área dos Conhecimentos

AE – Aprendizagens Essenciais

AEEF – Aprendizagens Essenciais de Educação Física

AF – Área das Atividades Físicas

AI – Avaliação Inicial

ApF – Área da Aptidão Física

art.º - Artigo

CNAPEF – Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto

CT – Conselho de Turma

EE – Encarregado de Educação

EF – Educação Física

E@D – Ensino a Distância

DGE – Direção-Geral da Educação

DGS – Direção-Geral da Saúde

DT – Diretor de Turma

m – Minutos

PASEO – Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

PES – Prática de Ensino Supervisionada

PNEF – Programa Nacional de Educação Física

SPEF – Sociedade Portuguesa de Educação Física

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UAE – Unidade de Apoio Especializado à Educação de Alunos com Multideficiência

UEE – Unidade de Ensino Estruturado

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração e ao contributo, de forma direta ou indireta, de várias pessoas, às quais gostaria de expressar o meu profundo agradecimento, em particular:

À minha Orientadora da PES, a Professora Doutora Paula Rodrigues, pela dedicação, proficiência e disponibilidade no meu acompanhamento para a realização e concretização deste projeto, pelas palavras e observações, pelo respeito e compreensão, o meu muito obrigada;

Ao Professor Doutor Fernando Vieira, pela constante disponibilidade para orientar este trabalho, pela incansável orientação científica, pela exigência de método e rigor, o meu muito obrigada;

A todos os meus colegas de Educação Física, pela disponibilidade demonstrada no preenchimento dos questionários;

A todos os meus amigos que de forma direta ou indireta me ajudaram e apoiaram;

Por último, ao meu esposo, Zé, e ao meu filho, Gui, pelo apoio irrestrito e pela energia que me transmitiram, incentivando-me todos os dias. Desculpem todas as vezes que não consegui ter a paciência e o tempo necessários para vocês que são, indubitavelmente, o melhor do meu mundo!

A todos renovo o meu apreço e a minha eterna gratidão.

O único lugar onde sucesso vem antes de trabalho é no dicionário.
(Albert Einstein)

RESUMO

O presente relatório constitui-se como parte da condição para obtenção do grau de Mestre no Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, pretendendo retratar o modo como a Prática de Ensino Supervisionada contribuiu para cimentar o meu crescimento pessoal e profissional. Tendo já realizado estágio pedagógico integrado no ano letivo 1998/1999, no curso da licenciatura em Educação Física e Desporto, pretendi efetivar uma articulação entre saberes teóricos e práticos adquiridos ao longo do tempo e a abertura a novos saberes, numa perspetiva de constante melhoria de aprendizagens na busca de um perfil docente cada vez mais abrangente e eclético.

O documento está estruturado com base no Decreto-Lei n.º 240/2001, que declara e aprova o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário através de 4 dimensões.

Assenta numa primeira parte, no relato de estágio. Inicialmente, descreve-se o contexto onde foi realizada a prática pedagógica de modo a que se possa entender de forma mais clara o meio em que a mesma se desenvolveu. Após esta exposição, prosseguimos para a dimensão do desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e concludentemente de todos os aspetos inerentes à sua consecução, destacando o vínculo pedagógico com os alunos e os aspetos mais pertinentes relativos ao planeamento, execução e avaliação das aprendizagens. Esta parte integra, igualmente, a dimensão da participação na escola e a relação com a comunidade.

Na dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida, está consignado o trabalho de investigação realizado “O Ensino Da Educação Física Em Contexto De Pandemia Covid-19 no Primeiro Confinamento” com o objetivo de conhecer as práticas dos professores de Educação Física durante este período.

Na quarta parte, faz-se menção às reflexões finais, nas quais é feito um balanço de toda esta experiência, bem como da relevância e impacto da Prática de Ensino Supervisionada quer a nível pessoal, quer a nível profissional.

Palavras-Chave

Áreas do Currículo, Avaliação, Educação Física, Ensino a Distância, Pandemia Covid-19, Planeamento.

ABSTRACT

This report constitutes part of the condition for obtaining a master's degree in Physical Education in Basic and Secondary Education, intending to portray the way Supervised Teaching Practice contributed to cement my personal and professional growth. Having already completed a pedagogical internship integrated in the 1998/1999 school year, in the course of obtaining a degree in Physical Education and Sport, I intended to establish an articulation between theoretical and practical knowledge acquired over time and the opening to new knowledge in a perspective of constant improvement of learning in the search for an increasingly comprehensive and eclectic teaching profile.

The document is structured on the basis of Decree-Law 240/2001, which declares and approves the general profile of professional performance of nursery school educators and teachers of basic and secondary education through 4 dimensions.

The first part, the probationary report, initially describes the context where the pedagogical practice was carried out so that the environment in which it was developed can be understood more clearly. After this, we continue with the dimension of the development of teaching and learning and, at the end of all the aspects inherent to its achievement, highlighting the pedagogical link with the students and the most relevant aspects related to planning, implementation and evaluation of apprenticeships. This part also integrates the dimension of participation in the school's life and the relationship with the community.

The dimension of lifelong professional development includes the research "Physical Education Teaching in the Context of the Covid-19 Pandemic during the first confinement" developed with the aim of knowing the practices of Physical Education teachers during this period.

In the fourth part, dedicated to the final conclusions, an assessment is made of all this experience, as well as the relevance and impact of the Supervised Teaching Practice both at a personal and professional levels.

Keywords

Curriculum Areas, Assessment, Physical Education, Distance Learning, Covid-19 Pandemic, Planning.

1. INTRODUÇÃO

A gênese deste documento tem como objetivo a obtenção do grau de Mestre em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, sendo realizado no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada (PES) que decorreu no Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, em Santarém.

Em todas as atividades das diferentes dimensões trabalhadas, as decisões tomadas foram sempre suportadas por uma atitude de reflexão crítica sobre, por um lado, as necessidades e as condicionantes do próprio agrupamento e, por outro, sobre as opções e práticas por mim tomadas com o intuito de ter em conta que a Prática de Ensino Supervisionada deverá ser sempre entendida como um método de formação e evolução no campo da educação, contribuindo, deste modo, para um aumento da qualidade do ensino da Educação Física.

Numa primeira fase, foi realizada a caracterização sumária da escola nos aspetos mais relevantes que me permitissem tomar opções com vista a realizar novas atividades no agrupamento e a garantir aos meus alunos práticas pedagógicas motivadoras e potenciadoras do processo ensino-aprendizagem.

Posteriormente, na dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, relatam-se os parâmetros considerados mais significativos, salientando as qualidades de interação com a turma que se torna, naturalmente e, na minha opinião, na principal atividade de PES ao assumirmos de forma direta e de modo próprio o comprometimento e a execução de toda a atividade curricular dos alunos. Terminamos esta parte fazendo referência à dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade, referindo as principais atividades desenvolvidas.

Por fim, a dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida concretizou-se através da realização de um trabalho de investigação alusivo ao tema “O Ensino da Educação Física em Contexto de Pandemia Covid-19 no Primeiro Confinamento”.

2. RELATO DE ESTÁGIO

I. Dimensão Profissional, Social e Ética

Comecei a lecionar a disciplina de Educação Física, com habilitação suficiente, no ano letivo de 1990/1991. Em virtude de os meus pais não possuírem recursos financeiros, só no ano de 1994 fui fazer a minha formação académica na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tendo concluído a licenciatura em Educação Física e Desporto no dia 14 de junho de 1999, após ter realizado o estágio integrado no Agrupamento de Escolas da Golegã.

Foram cinco anos muito árduos a trabalhar em 3 locais diferentes, incluindo a lecionar em escolas e a deslocar-me de Abrantes para Lisboa e vice-versa quase diariamente (mais de 300 km diários). Foi extremamente exigente e cansativo, mas, quando se tem paixão e força de vontade, consegue-se!

Nos anos seguintes, 1999 a 2003, fui convidada para lecionar na Escola Superior de Educação de Santarém, a tempo integral, como professora requisitada, tendo além de outras funções exercido o cargo de Orientadora do Estágio Pedagógico do Curso de Professores de 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico – Variante Educação Física e integrado a equipa de Coordenação da Prática Pedagógica. Fui igualmente docente no Curso Educadores Infância – disciplina Expressão Física e Motora. No ano seguinte, estive no regime de acumulação a 50 % e concluí a parte curricular do Curso de Mestrado na Especialidade de Educação Física na Faculdade de Motricidade Humana.

Como outros cargos, destaco a função de Supervisora do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) das provas de aferição de Expressões Artísticas e Físico-Motoras do 1.º CEB e Provas de Aferição de Educação Física 8.º ano.

Por norma, é-me atribuído o Cargo de Diretora de Turma e Grupo Equipa do Desporto Escolar.

Integrei nos últimos cinco anos a equipa do Serviço de Secretariado de Exames Nacionais ao Nível de Escola do Agrupamento, sendo que nos dois últimos anos fui designada vice-coordenadora da equipa. Nesse período, lecionei como Assistente Convidada, na Escola Superior Educação Santarém, a disciplina Oficina das Atividades Físicas e Desportivas.

Em setembro deste ano, fui convidada para ser Embaixadora Escola Ativa do Instituto Português do Desporto e da Juventude (ESSD 2021), convite que aceitei e, em conjunto com outras individualidades, organizámos “A maior aula de Educação Física do mundo”, que contou com a participação de 160 escolas e 15 000 alunos, e mais de 600 agrupamentos escolares, que marcaram presença no assinalar do Dia Europeu do Desporto na Escola.

Resumindo, são mais de 30 anos dedicados a esta paixão que é o ensino e que fez com que, com mais de meio século de idade, enveredasse por esta aventura de

concluir o mestrado com a mesma paixão pelos alunos, pelo ensino e pela vontade de adquirir mais conhecimento!

II. Dimensão do Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem

2.1 Contextualização da Prática de Ensino Supervisionada

O presente relatório apresenta-se como o culminar de todo o trabalho desenvolvido na Unidade Curricular da Prática Pedagógica, constituindo uma condição basilar para a obtenção do grau de Mestre nos Ensinos Básico e Secundário.

Reflete o meu desempenho, traduzindo de forma consistente o percurso realizado no âmbito da minha intervenção educativa em contexto de supervisão.

Ao longo do relatório, explanam-se as principais ações delineadas e concretizadas de forma clara, objetiva e sucinta, ações que permitem retratar a realidade de uma professora de Educação Física já com larga experiência no ensino.

A prática de Ensino Supervisionada realizou-se no Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, em Santarém.

2.2 Caracterização do Estabelecimento de Ensino e do Meio Envolverte

2.2.1 Contexto Geográfico

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado localiza-se na cidade e concelho de Santarém. Este concelho ostenta uma superfície de 552,5 km², tem uma extensão intermédia ao nível nacional e é formado por 18 freguesias e por cerca de duas centenas de lugares. Trata-se do concelho mais povoado da Lezíria do Tejo, registando das mais elevadas densidades populacionais. A cidade possui atualmente perto de 30 mil habitantes. No entanto, encontra-se num processo de decrescimento populacional.

A diminuição da fecundidade e o incremento da esperança média de vida levaram a que a estrutura demográfica do concelho sofresse profundas modificações. Reforçou-se a tendência, já antes esboçada, para o envelhecimento da população, quer na base quer no topo.

A nível nacional, acelerou-se o processo de terciarização, tendo o concelho de Santarém salientado a sua vocação como concelho de serviços.

2.2.2 As Instalações

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado foi criado em 2 de agosto de 2010, conseqüente da fusão da Escola Secundária Dr. Ginestal Machado com o anterior Agrupamento de Escolas de Mem Ramires. A atual unidade orgânica de gestão é consistida por cinco estabelecimentos de ensino.

O Jardim de Infância do Pereiro opera na Escola Básica do 1.º Ciclo com o mesmo nome, tendo iniciado o seu funcionamento em outubro de 2004. A Escola do 1.º Ciclo

do Pereiro remonta a 1982, tem a tipologia de P3, embora não tenha o traço genuíno, por ter sofrido posteriormente algumas adaptações, como a inclusão de uma sala para o funcionamento do Jardim de Infância e a construção de um refeitório. Na escola, existem 5 salas de aula, uma sala de professores, uma cozinha, um refeitório, um polivalente, casas de banho, um balneário, um pátio com algumas árvores e um pequeno parque infantil.

A Escola do 1.º Ciclo dos Leões é uma escola formada por onze salas de aula, divididas por dois blocos. Cada bloco tem dois pisos com três salas e uma zona comum. Todas as turmas trabalham atualmente em regime normal, havendo ainda uma sala UAE (Unidade de Apoio Especializado à Educação de Alunos com Multideficiência) e uma sala UEE (Unidade de Ensino Estruturado). Existe ainda um polivalente, sendo também o espaço onde os alunos permanecem nos intervalos nos dias de chuva. De realçar ainda a existência de uma biblioteca integrada na rede de bibliotecas escolares, sala de professores, um gabinete da Coordenação do estabelecimento, uma reprografia, cozinha, casas de banho e arrecadações. O refeitório opera num anexo encetado em outubro de 2007.

A Escola Básica do Sacapeito (Centro Escolar do Sacapeito) foi inaugurada em setembro de 2015. Corresponde a um equipamento moderno de nova geração, numa lógica de centro escolar integrado, disponibilizando a valência da educação pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico, mas suplementada por espaços polivalentes e reservados a atividades de enriquecimento e complemento curricular. O seu projeto foi premiado pela sua modernidade e cuidados produtivos do ponto de vista ambiental. Este equipamento possui 4 salas de Jardim de Infância e 8 salas destinadas ao 1.º ciclo do ensino básico. Integra um refeitório totalmente equipado e um espaço polivalente, além de gabinetes de trabalho, biblioteca (integrada na rede de bibliotecas escolares) e sala de docentes. No espaço exterior, apresenta equipamentos de recreio e campos de jogos.

A Escola Básica Mem Ramires, inaugurada em 1987, dispõe de 25 salas, sendo 13 as salas normais de aula e 12 as salas específicas. Relativamente a estas últimas, refira-se o laboratório de Ciências Naturais, duas salas equipadas para as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), uma sala adaptada para a disciplina de Ciências Físico-Químicas, duas salas de Educação Visual e Tecnológica e uma de Educação Visual, uma sala de Educação Musical, uma de Ciências da Natureza e uma outra de Matemática (Ginásio da Matemática); existem, ainda, salas adaptadas para o funcionamento transitório da UAE e da UEE. Para que os deficientes motores possam aceder ao primeiro andar do Bloco A, onde se encontra a biblioteca integrada na rede de bibliotecas escolares, o auditório, uma das salas TIC, o gabinete dos Diretores de Turma, uma sala para trabalho com alunos da Educação Especial e o Centro de Formação da Lezíria do Tejo, foi instalado um elevador no verão de 2004. No final do ano letivo 2018/2019, foi inaugurada a “Sala do Futuro”, com o contributo da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Nesta escola está a funcionar a sede do Centro de Formação da Lezíria do Tejo.

A Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, cujo edifício atual foi inaugurado em 1969, tem vindo, nos últimos anos, a beneficiar de esforços no sentido de tornar a escola um local agradável, bem cuidado e atrativo. Depois das remodelações a nível exterior, têm também sido feitas algumas remodelações no interior, onde se inclui a biblioteca integrada na rede de bibliotecas escolares. Ainda assim, este estabelecimento não chegou a beneficiar de obras de requalificação ao abrigo do Programa de Modernização da Parque Escolar, entretanto suspenso, o que gera alguns problemas de conforto e de qualidade de espaços específicos (caso dos laboratórios, oficinas e espaços desportivos). Quanto à disponibilidade física para a lecionação, a escola possui 28 salas de aula normais e várias salas específicas, sendo de destacar 3 laboratórios (Física, Química e Biologia), 1 sala de Desenho, 2 salas de Desenho/Geometria Descritiva, 5 salas de Informática, 1 sala de Multimédia, várias oficinas, 2 Ginásios e 1 Campo de Jogos Andebol, 1 Campo de Basquetebol (reduzido), Pista de Atletismo, Caixa Salto em Comprimento, Campo com Relva Artificial para Voleibol (reduzido).

2.2.3 Os Recursos Humanos

No ano letivo de 2019/20, o Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado possuía 230 docentes, dos quais 168 pertenciam ao quadro de nomeação definitiva do agrupamento/escolas (cerca de dois terços do total). Este número reflete a estabilidade do quadro de pessoal docente deste agrupamento de ensino.

Um pouco menos de metade dos docentes do agrupamento (105) lecionam na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, traduzindo, deste modo, o peso da escola-sede secundada pela Escola Básica Mem Ramires (84).

A maioria dos oito departamentos curriculares atualmente existentes no Agrupamento é constituída por um número de docentes situado entre as duas e as quatro dezenas.

No ano letivo de 2019/20, estavam ao serviço 59 assistentes operacionais, todos do quadro. A maioria (37) prestava serviço na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado e na Escola Básica Mem Ramires. Concomitantemente, no mesmo ano letivo, estavam ao serviço 15 assistentes técnicos.

2.2.4 A Comunidade Escolar

Além do pessoal docente e não-docente, a comunidade escolar era constituída em 2019/2020 por 2307 alunos, divididos entre o pré-escolar e os 12 níveis de escolaridade que constituem a escolaridade obrigatória.

O pré-escolar registava 110 crianças, divididas por 4 com 3 anos, 36 com 4 anos, 49 com 5 anos e 21 com 6 anos. O 1.º ciclo registava 498 alunos, divididos por 89 no 1.º ano, 109 no 2.º ano, 89 no 3.º ano e 97 no 4.º ano. O 2.º ciclo registava 336 alunos, divididos por 157 no 5.º ano e 179 no 6.º ano. O 3.º ciclo registava 503 alunos, divididos por 181 no 7.º ano, 166 no 8.º ano e 156 no 9.º ano. O ensino secundário registava 682 alunos, divididos por 221 no 10.º ano, 230 no 11.º ano e 231 no 12.º ano. O ensino

profissional registava 227 alunos, divididos por 123 no 1.º ano, 91 no 2.º ano e 73 no 3.º ano.

Os alunos estavam divididos pelas 5 escolas do Agrupamento da seguinte forma: Escola Ginestal Machado, 1306 alunos; Escola Mem Ramires, 502 alunos; Escola do Sacapeito, 276 alunos; Escola dos Leões, 123 alunos; Escola do Pereiro, 100 alunos.

2.2.5 A Oferta Educativa

No agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado são lecionados os diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, passando pelos três ciclos do ensino básico.

No ensino secundário, são oferecidos os quatro cursos científico-humanísticos possíveis (Ciências e Tecnologias, Artes, Humanidades e Ciências Socioeconómicas), sendo também lecionados quatro cursos profissionais (Gestão e Programação de Sistemas Informáticos/Informática; Multimédia; Artes do Espetáculo e Organização de Eventos). Propor-se-á a possibilidade de abertura dos cursos profissionais de Secretariado/Logística e Jardinagem.

A análise da evolução do número de alunos no Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado ao longo dos últimos quatro anos letivos (ver Anexos - Quadro 5) permite detetar padrões de evolução distintos. Constata-se que o pré-escolar teve decréscimos na sua procura até ao presente ano letivo (2019/20). Já no 1.º ciclo do ensino básico, houve oscilações em torno dos 400 alunos, tendo o presente ano letivo registado uma ligeira diminuição do número de alunos. No que se refere aos restantes ciclos de ensino (3.º ciclo e secundário), apresentam um acréscimo progressivo na sua procura, sendo este mais significativo no ensino secundário. De notar, contudo, que no 2.º ciclo do ensino básico, após aumentos sucessivos na procura, no presente ano letivo, diminuiu o número de alunos.

Também no que se refere à evolução da procura por estabelecimento de ensino se detetam padrões de evolução distintos. Na maioria dos estabelecimentos do pré-escolar e do 1.º ciclo, há uma tendência para a diminuição da procura, explicável a partir do ano 2015/16 com a abertura da nova Escola Básica do Sacapeito, que levou ao encerramento do Jardim de Infância da Feira e, posteriormente, ao encerramento do Jardim de Infância do Sacapeito. Na Escola Básica Mem Ramires, verificou-se uma estabilização da procura (depois de uma retoma da procura a partir de 2015/16). Já a Escola Secundária Dr. Ginestal Machado tem registado um aumento gradual da procura ao longo dos últimos três anos letivos, com ligeira quebra no presente ano letivo.

2.2.6 Clubes e Projetos

É objetivo do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos. A escola de hoje tem de ligar educação, cultura e ciência, saber e saber-fazer. A conduta da criação e da inovação tem de ser vista relativamente ao poeta, ao artista, ao artesão, ao cientista, ao desportista, ao técnico – em sùmula à pessoa concreta que todos somos.

É neste sentido que o Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado presenteia aos seus alunos um conjunto de clubes e projetos diferenciados, com os quais se deseja promover o desenvolvimento de diferentes competências, combinando conhecimentos, capacidades e atitudes em articulação com as disciplinas curriculares, mas com um laço frequentemente lúdico. Com a oferta de clubes e projetos de natureza grandemente abrangente e transversal, pretende-se, de uma forma lúdica, trabalhar para uma escola inclusiva, orientada para o desenvolvimento dos valores definidos no documento *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (2017): “Liberdade, Responsabilidade, Integridade, Cidadania, Participação, Excelência, Exigência, Curiosidade, Reflexão e Inovação”.

Tendo como base os valores Cidadania, Ambiente e Europa, os clubes e projetos do agrupamento articulam os saberes curriculares com a função de tornar os nossos alunos cidadãos com um profundo sentido de ética, de respeito e valorização do outro e da diferença. O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado deseja, com os seus clubes e projetos, despertar a consciência dos alunos para questões como a violência e as desigualdades económicas e sociais, a injustiça, a destruição do património, a defesa do meio ambiente. É assim objetivo de a escola estimular o trabalho em equipa, valorando a execução de projetos individuais ou coletivos de interesse social e cívico.

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado procura aprimorar a educação para a saúde, o desenvolvimento de valores e atitudes positivas em relação à sexualidade, prevenir para a ação consciente e criativa na defesa e melhoria da qualidade de vida. Visa igualmente aperfeiçoar o envolvimento pessoal dos alunos na solução e na prevenção dos problemas ambientais, garantindo o acesso à informação para que o aluno encalce outras culturas, especialmente no âmbito da União Europeia. Tem como objetivo formar cidadãos dedicados na defesa dos valores permanentes da cultura portuguesa e da sociedade em geral. Pretende ajudar a formar cidadãos que diligenciem o sucesso pessoal e o do grupo, que trabalhem em equipa para desenvolver uma consciência de responsabilidade individual na preservação do ambiente, da manutenção da paz, no apreço pelos direitos humanos, na defesa do património cultural, no fomentar de uma consciência europeia. Estes objetivos são comuns a clubes como, por exemplo, o Clube Europeu, o Clube ADN, o Clube de Robótica, o Clube da Horta Pedagógica - Jardim de Cheiros e a Projetos como, por exemplo, o Projeto Unesco, o Projeto Eco-Escolas, o Projeto Erasmus+ e o Clube do Desporto Escolar. No clube ou projeto, o professor desenvolve com os alunos atividades que incrementam o raciocínio, a resolução de problemas e incitam os alunos a pensar de forma criativa e crítica.

2.3 Área da Lecionação

2.3.1 Planeamento

Planear em Educação Física (EF) é semelhante, no âmbito dos princípios, ao planeamento de qualquer outra área curricular, pois qualquer que seja a matéria de

ensino, o professor seleciona objetivos e conteúdos, escolhe estratégias e avalia os processos e resultados.

No entanto, na EF, pelas suas características específicas, existem aspetos a considerar:

- O espaço de EF não é o mesmo da sala de aula “normal”. Utilizam-se frequentemente espaços exteriores, exigindo que se considere a variabilidade das condições meteorológicas (se houver alternativa) aquando do planeamento bem como a rotação dos espaços;
- A EF implica atividades variadas, exigindo esforços intensos, e regras de disciplina, organização e funcionamento muito próprias;
- Nas aulas, utilizam-se materiais específicos: portáteis, transportáveis e fixos que implicam cuidados especiais no seu manuseamento, utilização e arrumação;
- Grande parte das atividades físicas caracteriza-se pela realização coletiva ou em grupo.

2.3.2 O Grupo de Educação Física

O grupo de EF é constituído por 11 professores, sendo 7 do sexo feminino 4 do sexo masculino.

Como habilitações literárias, temos 8 professores que pertencem ao Quadro de Escola, 1 professor que pertence ao Quadro de Zona e 2 professores contratados, um dos quais em substituição de um professor do Quadro de Escola.

A formação dos professores foi realizada no antigo ISEF, FMH, ULHT, UTAD, entre outras formações. A maioria dos professores tem 25 ou mais anos de tempo de serviço.

As matérias em que grande dos professores revela ter dificuldade de lecionar são a dança, a luta e as matérias alternativas.

No que se refere à carga horária da disciplina, está assim distribuída: 3 tempos de 50 minutos (m) distribuídos por um tempo de 50 m à terça-feira e dois tempos (50+50) à sexta-feira.

2.3.3 Caracterização dos Espaços de Educação Física

A Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, sede do agrupamento e onde leciono, tem seis espaços de aula destinados à Educação Física que estão designados por: G1, G2, Andebol, Futebol, Basquetebol/Voleibol e Pista de Atletismo/Caixa de Salto.

O G1 e o G2 são os únicos espaços cobertos que a escola possui e ambos são de pequena dimensão, podendo estar no máximo uma turma em cada espaço. No G2, é muito difícil trabalhar com turmas grandes devido à dimensão do mesmo.

O Espaço Futebol é exterior à escola (mesmo ao lado) e pertence à Câmara Municipal de Santarém, não se encontrando nas melhores condições.

2.3.4 Planificação das Atividades Desenvolvidas

Neste ponto, irei abordar de forma sucinta o planeamento realizado com a turma A, do 12.º ano, da qual fui também Diretora de Turma. Importa referir que apenas conhecia 5 alunos da turma, tendo os restantes alunos integrado a turma apenas este ano. Em todo o trabalho desenvolvido considerámos os documentos de referência para o sucesso em EF tais como: o *Programa Nacional de Educação Física* (PNEF), as *Aprendizagens Essenciais* (AE), o *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO) e ainda a adaptação e exigências do contexto e às necessidades dos alunos.

Nesse sentido, foi perspetivado o ano letivo, inserindo-o no conjunto de ciclo, construindo uma ideia geral das minhas intenções pedagógicas de modo a operacionalizar o Plano de Turma, recorrendo sobretudo às AE de modo a cumprir o explanado no Decreto-Lei n.º 55/2018, Artigo 17.º:

2 — As Aprendizagens Essenciais constituem orientação curricular de base, para efeitos de planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, em cada ano de escolaridade ou de formação, componente de currículo, área disciplinar, disciplina ou UFCD, interligando com os demais normativos em vigor realçando o Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, documentos de referência obrigatória no presente ano letivo.

Assim, teve-se em conta que todo o planeamento visava a garantia de:

No 12.º ano, dando continuidade ao definido para o 11.º ano, permite-se a opção dos alunos - em cada turma - pelas matérias em que preferirem aperfeiçoar-se / desenvolver-se, estando garantida a possibilidade de descobrirem outras atividades, mantendo as características de ecletismo inerentes a esta proposta curricular. Como ano terminal de ciclo, e de um percurso de 12 anos da disciplina na escolaridade obrigatória, as aprendizagens a desenvolver orientam os alunos para o perfil de saída da escolaridade obrigatória, garantindo um conjunto de conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias à valorização desta área cultural, que permitam uma cidadania responsável, ativa e saudável” (Direção-Geral da Educação [DGE], 2018).

2.3.5 Planeamento por Etapas

Deste modo, o planeamento (Quadro 1) foi organizado em etapas (períodos mais reduzidos), de modo a facilitar a organização e regulação do processo ensino-aprendizagem. Naturalmente, as etapas avocam particularidades diferentes ao longo do ano letivo e foram elaboradas em grupo tendo em conta o calendário escolar e as características das instalações disponíveis com o objetivo de conceder aos alunos a oportunidade de recuperarem/cimentarem as mesmas.

Etapa	1.ª Etapa	2.ª Etapa	3.ª Etapa	4.ª Etapa	5.ª Etapa
Início/Fim	13 set/18out	21out/17dez	6jan/21mar	27fev/24abr	27abr/4jun
Avaliação	Inicial	1.ª etapa	2.ª etapa	3.ª etapa	5.ª etapa

Quadro 1 - Planeamento por Etapas

2.3.6 Avaliação Inicial

Na Avaliação Inicial (AI), tive como objetivo identificar as possibilidades de aprendizagens dos alunos para decidir por onde começar, e quais as matérias em que os alunos revelavam maior dificuldade, procedendo em simultâneo à revisão dos conteúdos do ano anterior. Indo ao encontro do citado por Carvalho (2017), “quando, no início do ano, queremos saber o que é que os nossos alunos «podem» aprender, situamo-nos no quadro da avaliação inicial e na dimensão projetiva da nossa intervenção, está em causa a orientação do processo de ensino-aprendizagem”.

Também Jacinto *et al.* (2001), nos PNEF, referem que:

O objeto da primeira etapa de trabalho com a turma, no começo do ano letivo, é a avaliação inicial, cujo propósito fundamental consiste em determinar as aptidões e dificuldades dos alunos nas diferentes matérias do respetivo ano de curso, procedendo simultaneamente à revisão/atualização dos resultados obtidos no ano anterior (p. 31).

De acordo com o anteriormente referido, a AI foi realizada de uma forma simples e que me permitiu registar a prestação dos alunos, salientando os que apresentavam mais aptidão ou mais dificuldade com o objetivo de:

- Verificar se para o ano em questão, os objetivos eram válidos para a turma ou se necessitava de proceder a ajustamentos aumentando ou diminuindo o grau de exigência, de acordo com as características dos alunos (verificar se os alunos atingiam as competências essenciais para o 12.º ano de escolaridade de acordo com as AE);
- Observar o contexto da turma na relação individual com os outros e na relação consigo, pois alunos acanhados, reguilas, refilões ou postos de parte são aspetos relevantes que é importante ter em conta aquando da organização da turma no que refere ao estilo, gestão e ambiente de aula a adotar;
- Definir o tipo de organização da turma, grupos de nível, grupos tarefa, etc., ajustada à próxima etapa;

- Inculcar nos alunos o meu modo de organização das tarefas propostas – trabalho por áreas (aulas organizadas maioritariamente por estações);
- Criar um clima de aula favorável à aprendizagem com o objetivo de obter uma participação empenhada e motivada em todas as aulas, durante o máximo de tempo possível, com o objetivo de aumentar o tempo útil de aula.

2.3.7 Abordagem Geral das Etapas Seguintes

Importa referir que a maioria dos alunos não se encontrava no nível avançado em praticamente nenhuma das matérias a abordar (exceto alguns rapazes), pelo que foram feitas planificações de acordo com o nível elementar das diferentes matérias, organizando os alunos mais avançados num grupo de nível e atribuindo-lhes tarefas, sempre que possível, diferenciadoras e motivadoras.

Atendendo a que muitos alunos, nas pausas letivas, não praticam atividade física regular e contínua, antevimos que fosse possível a ocorrência de “quebras” nas aprendizagens, pelo que foram revistas as aprendizagens anteriormente realizadas, após o Natal, 3.ª etapa (na Páscoa, estávamos em ensino não-presencial).

Era expectável que o basilar das “novas aprendizagens” estivesse conseguido até à Páscoa, e o período final do ano, última etapa, teria sido orientado para a melhoria e consolidação dessas aprendizagens, revisão de objetivos de outras etapas e/ou recuperação de alunos com mais dificuldades. Devido à situação atual de pandemia, as aulas foram interrompidas em 1 de março, pelo que o mesmo não se concretizou.

Durante todo o ano letivo dei relevo à área da Aptidão Física (ApF), trabalhando-se quer no início das aulas, quer aquando do trabalho por estações ou no final da aula de forma isolada, mas trabalhando-se também através do tipo de solicitação que ia realizando nos exercícios propostos para cada aula.

Partilho a opinião de que desde que os alunos estejam em atividade física, existe uma estimulação e consequente melhoria da aptidão física.

Sendo esta turma do 12.º ano, em que muitos alunos abandonaram a atividade física fora da escola, foi minha intenção proporcionar aos alunos aulas dinâmicas, quase sem interrupções entre exercícios de modo a potenciar os efeitos das aulas na saúde dos meus alunos. Por outro lado, sendo um ano terminal, foi de extrema importância inculcar-lhes o gosto pela prática de atividade física com o intuito de continuarem, no futuro, a manter esses hábitos.

Para conseguir estes objetivos, delineei unidades de ensino. Segundo Quina (2009), por unidade de ensino entende-se um conjunto de aulas, com estruturas organizativas semelhantes, centradas na persecução de um conjunto de objetivos afins (exemplos: “desmarcação em futebol”; “processo defensivo em basquetebol”; “marcação individual nos jogos desportivos coletivos”, etc.).

O mesmo autor refere que:

as primeiras aulas duma unidade de ensino destinada à persecução de um determinado objetivo complexo devem ser ocupadas com as progressões mais fáceis, as aulas intermédias com as progressões de dificuldade intermédia e as últimas aulas com a exercitação da habilidade/atividade terminal (Quina, 2009).

Assim, na organização das unidades de ensino, tive sempre em conta os seguintes aspetos:

- Os alunos carecem de tempo para aprender; não se podem propor situações novas em todas as aulas, sob a pena de as atividades de EF assumirem apenas características de experiência, ou vivências de situações, não conduzindo os alunos a aprendizagens significativas;
- As situações de prática devem manter-se durante algumas aulas, podendo modificá-las e diversificá-las, se necessário, por exemplo, quanto à sua duração, trocando elementos de grupos, etc.

Esta forma de organização permite reduzir o tempo gasto na organização da aula e na transição entre exercícios e estações com o objetivo final de proporcionar o “máximo tempo” e a “melhor” prática aos meus alunos.

2.3.8 Estratégias Gerais das Aulas/Organização

As normas definem uma série de regras a cumprir pelos alunos e que permitem ao professor ter controlo sobre a turma. A disciplina é a base na qual todo o trabalho assenta, pois é com ela que o professor pode realizar um trabalho produtivo, com satisfação pessoal e cumprindo todos os objetivos planeados para cada aula. Assim, foram implantadas as seguintes normas desde o início do ano:

- Cumprimento do regulamento interno da disciplina/agrupamento;
- Cumprimento de regras na arrumação de material;
- Pontualidade, cordialidade, respeito pelos outros e pelo professor.

No que se refere à estrutura e organização das aulas, estas foram divididas em quatro partes, procurando obter uma sequência linear no desenvolvimento da mesma:

- **Parte inicial:** Montagem do material, reunião inicial (chamada, objetivos de aula e sua organização);
- **Aquecimento:** No qual se realizava corrida contínua, exercícios de mobilização geral e específicos, jogos pré-desportivos, exercícios de manejo de bola, flexibilidade, etc.;
- **Parte principal da aula:** Exercícios de manejo de bola, jogos com bola, concursos/estafetas, formas analíticas de exercícios de jogo de 2 ou

mais alunos, jogos reduzidos, sequências, jogo formal, exercícios de Aptidão Física;

- **Parte final:** Arrumação do material e reunião final (alongamentos, breve análise da aula e tópicos da próxima aula).

Em cada aula, na parte principal, foi abordada mais do que uma matéria, recorrendo a diversas estruturas de aulas ao longo do ano: grupos de alunos que realizaram diferentes exercícios ou situações de jogo de matérias a abordar nessas aulas, tendo sempre presente a área da Aptidão Física. Pontualmente, toda a turma realizou primeiramente exercícios relacionados com a Aptidão Física e posteriormente trabalharam em grupos.

Durante a leção das aulas ao longo do ano foram utilizadas as seguintes metodologias:

- Exposição oral aos alunos, no início das aulas, sobre os objetivos e/ou conteúdos de ensino e revisão dos mesmos sempre que foi necessário e também na síntese das aulas;
- Utilização do questionamento sobre as componentes dos gestos técnicos, tática, objetivos de jogo e regulamentos das diferentes modalidades;
- Concertação de sinais de organização, como forma de diminuir os tempos de gestão e transição;
- Demonstração dos exercícios, gestos técnicos e progressões, recorrendo igualmente à colaboração de um aluno para exemplificar. Referenciei as componentes críticas e erros comuns a evitar, de forma pausada, repetindo quando necessário, com o objetivo de que todos os alunos retivessem a informação transmitida;
- Nas situações de prática, proporcionei aos alunos a vivência das situações propostas: primeiramente, realizaram exercícios (progressões) mais simples e só depois os mais complexos; dei primazia às situações de jogo (reduzido e formal) como complemento do conteúdo da aula;
- Repeti/alterei as situações em que alguns alunos não obtiveram o sucesso desejado, proporcionando diferentes níveis de consecução. Aumentei o grau de exigência para os alunos dos níveis mais avançados, utilizando também esses alunos para “auxiliarem” os colegas com mais dificuldades;
- Alternei as atividades de esforço intenso com atividades de menos esforço físico;
- Utilizei o tempo destinado ao aquecimento muitas vezes como complemento das atividades da aula (ex. jogos dez passes);

- Recorri aos alunos de atestado médico para auxiliarem na organização da aula (por exemplo, responsável pela contagem do tempo, entre exercícios, na estação da condição física), organização e arrumação de material e entrega de relatório de aula;
- Utilizei nas aulas o trabalho por estações, circuitos, colunas, estafetas, etc., de forma a intensificar o desempenho dos alunos através de aulas diversificadas e motivadoras, de modo a rentabilizar o tempo útil de prática;
- Criei grupos de trabalho que se mantinham (salvo raras exceções) durante algumas aulas, por exemplo, por grupos de nível em períodos limitados de tempo e sempre que se revelou necessário, foram criados grupos heterogêneos de trabalho com vista à interação de alunos mais fracos com alunos de nível avançado;
- *Feedbacks*: Os *feedbacks* foram naturalmente uma constante quer de forma individual quer em grupo, de acordo com o referido por Gonçalves (2017), a emissão de *feedback* deve ser apropriada às necessidades, características e nível de aprendizagem dos alunos.

Como não poderia deixar de ser, valorizei a utilização dos *feedbacks* positivos, de modo a incentivar os alunos quer em contexto de avaliação formativa quer na avaliação sumativa.

2.3.9 Área dos Conhecimentos

No que refere à Área dos Conhecimentos (AC), o tema abordado foi o constante nas *Aprendizagens Essenciais* para o 12.º ano. No primeiro período, os alunos elaboraram o projeto, no 2.º período, o trabalho e no 3º período, já em regime não-presencial, apresentaram o trabalho oralmente, de forma individual, através da plataforma Teams (Quadro 2, Figuras 1 e 2).

Conteúdos	Objetivos	Cotações (0 a 200)	Estrutura / Caracterização do Projeto	ACPA
Tema A: Conhecer e utilizar os métodos e meios de treino mais adequados ao desenvolvimento ou manutenção das diversas capacidades motoras, de acordo com a sua aptidão atual e o estilo de vida, cuidando o doseamento da intensidade e duração	1. Retratar o trabalho de forma simples, clara e objetiva. Enumerar os elementos do grupo.	25	1. Título do projeto / Autores do projeto	A, B, C, D, F, H, G, I, J
	2. Procurar responder à pergunta “porque pensamos ser importante abordar o tema escolhido”?	25	2. Enquadramento / Justificação do projeto	
	3. Enumerar os objetivos mais amplos do projeto, ou	25	3. Objetivos Gerais	

do esforço, respeitando em todas as situações os princípios básicos do treino. TEMA B: Analisar criticamente aspetos gerais da ética na participação nas Atividades Físicas Desportivas, relacionando os interesses, económicos, políticos e outros com algumas das suas “perversões”, nomeadamente: • Especialização precoce e exclusão ou abandono precoces; • Violência (dos espectadores e dos atletas) vs. espírito desportivo; • Corrupção vs. verdade desportiva.	seja, o resultado final que pretendem alcançar.		4. Objetivos Específicos 5. Procedimentos Metodológicos 6. Calendarização do projeto / Cronograma / Em grupo e individual 7. Referências Bibliográficas 8. Prazo (cumprimento)	
	4. Definir um conjunto de metas para alcançar o objetivo geral com a maior clareza possível, respondendo à pergunta “que vamos fazer”?	25		
	5. Expor qual o local e o público-alvo do projeto, quais os procedimentos didáticos que serão desenvolvidos, quais os conteúdos que serão utilizados para atingir os objetivos, respondendo à pergunta “como vamos alcançar os objetivos específicos”?	30		
	6. Especificar de forma clara e objetiva quando se irão realizar as ações descritas nos procedimentos metodológicos.	30		
	7. Referir a documentação consultada segundo as Normas Portuguesas (NP-1, 2, 3 e 4).	20		
	8. Cumprimento da data de entrega.	20		

Quadro 2 - Matriz Projeto

RUBRICA PARA AVALIAR A QUALIDADE DE UMA APRESENTAÇÃO ORAL (Posters/trabalho Área conhecimentos 2º período)

Descritores de desempenho	Principiante		Aprendiz	Proficiente	Reconhecido
	Rudimentar (Nível 1 a 4)	Básico (Nível 5 a 9)	(Nível 10 a 13)	(Nível 14 a 17)	(Nível 18 a 20)
A. Saudação inicial; Identificação da temática/conteúdo a apresentar	1. Inicia de forma brusca sem saudar o auditório. 2. Não identifica a temática ou o conteúdo a apresentar. ou Identifica de forma incorreta ou muito vaga a temática ou o conteúdo a apresentar.	1. Sauda o auditório, ainda que de forma brusca ou pouco cordial. 2. Identifica, de forma vaga, a temática ou conteúdo a apresentar.	1. Sauda o auditório com alguma empatia e cortesia. 2. Identifica, ainda que com pouca clareza e expressividade, a temática ou conteúdo a apresentar.	1. Sauda o auditório com empatia e cortesia. 2. Identifica, de forma globalmente clara e expressiva, a temática ou conteúdo a apresentar.	1. Sauda o auditório com empatia e cortesia. 2. Identifica, de forma clara e expressiva, a temática ou conteúdo a apresentar.
B. Desenvolvimento da temática ou conteúdo proposto	3. Não aborda ou Aborda a temática ou o conteúdo de forma vaga, muito incompleta e/ou incorreta, sem fundamentar e revelando falta de preparação.	3. Aborda a temática ou o conteúdo de forma incompleta, fundamenta de forma superficial e/ou, por vezes, incorreta, e mobiliza, de forma pouco eficaz, apenas alguns dos conhecimentos explorados.	3. Aborda a temática ou o conteúdo, com uma fundamentação globalmente adequada, que mobiliza com alguma eficácia, ainda que pouco articulada, os conhecimentos explorados.	3. Aborda a temática ou o conteúdo, com uma fundamentação adequada e sustentada, que mobiliza, ainda que nem sempre de forma articulada, conhecimento relevante.	3. Aborda a temática ou o conteúdo, com uma fundamentação rigorosa e sustentada, que mobiliza, de forma articulada, conhecimento relevante.



Prof. Manuela Candeias

Figura 1 - Rubrica Apresentação Oral

C. Elementos linguísticos (discurso verbal) Registo de língua Clareza na exposição de ideias Ordenação e encadramento do discurso (conectores) e ausência de repetições	4. Utiliza um registo de língua inadequado à(s) situação/tema.	4. Utiliza um registo de língua pouco adequado à(s) situação/tema.	4. Utiliza um registo de língua globalmente adequado à(s) situação/tema, ainda que com falhas pontuais.	4. Utiliza um registo de língua adequado à(s) situação/tema, ainda que com falhas muito pontuais.	4. Utiliza um registo de língua adequado à(s) situação/tema.
	5. Utiliza um vocabulário desadequado e/ou repetitivo.	5. Utiliza um vocabulário geralmente pouco adequado e/ou repetitivo.	5. Utiliza um vocabulário pouco diversificado, mas adequado.	5. Utiliza um vocabulário globalmente diversificado e adequado.	5. Utiliza um vocabulário diversificado e adequado.
D. Elementos não verbais Postura corporal (gestos e expressões faciais) Ritmo Entoação Tom de voz	6. Expõe as ideias de forma desorganizada e/ou incoerente, com base num discurso repetitivo.	6. Expõe as ideias de forma pouco clara e, por vezes, de forma confusa, afetando a coerência do discurso.	6. Expõe as ideias de forma globalmente clara, ainda que, por vezes, de forma confusa, mas sem afetar a coerência do seu discurso.	6. É claro e geralmente expressivo no modo como expõe as ideias.	6. É claro e expressivo no modo como expõe as ideias.
	7. Não organiza nem encadeia as ideias com recurso a conectores, limitando-se a justapor ideias de forma desarticulada e confusa.	7. Organiza e encadeia as ideias com recurso a conectores inadequados e repetitivos.	7. Organiza e encadeia as ideias com recurso a conectores geralmente adequados, embora pouco diversificados e com repetições.	7. Organiza e encadeia as ideias com conectores adequados, e diversificados ainda que com algumas repetições.	7. Organiza e encadeia as ideias com conectores adequados e diversificados, sem repetições.
E. Gestão do tempo	8. Adota uma atitude desadequada, negligente ou provocadora.	8. Adota uma atitude desadequada, com gestos e expressões faciais que dificultam a atenção do auditório.	8. Adota uma atitude geralmente adequada, com gestos e expressões faciais coerentes, ainda que pouco expressivas, que chamam pontualmente a atenção do auditório.	8. Adota uma atitude adequada, com gestos e expressões faciais coerentes, com alguma expressividade, que chamam geralmente a atenção do auditório.	8. Adota uma atitude adequada, com gestos e expressões faciais coerentes e expressivos, que criam a atenção do auditório e que reforçam a mensagem transmitida.
	9. Usa um ritmo desadequado, que compromete a compreensão da mensagem.	9. Usa um ritmo geralmente pouco adequado, monótono, que dificulta muitas vezes a compreensão da mensagem.	9. Usa um ritmo nem sempre adequado, mas sem comprometer a compreensão da mensagem.	9. Usa um ritmo globalmente adequado que facilita a compreensão da mensagem.	9. Usa um ritmo adequado que promove a compreensão da mensagem.
	10. Emprega um tom de voz impercetível ou estridente.	10. Emprega um tom de voz pouco audível ou estridente.	10. Emprega um tom de voz audível e, pontualmente, com entoação expressiva.	10. Emprega um tom de voz audível e com entoação geralmente expressiva.	10. Emprega um tom de voz audível e com entoação expressiva.
	11. Expressa-se oralmente com recurso exclusivo à leitura.	11. Expressa-se oralmente com recurso sistemático à leitura.	11. Expressa-se oralmente recorrendo algumas vezes à leitura.	11. Expressa-se oralmente com recurso muito pontual à leitura.	11. Expressa-se oralmente sem recurso à leitura.
	12. Realiza a apresentação de forma negligente, em menos de 1 minuto, ou não teve em conta o tempo indicado, desrespeitando-o completamente.	12. Realiza a apresentação ultrapassando significativamente o tempo indicado.	12. Realiza a apresentação ultrapassando moderadamente o tempo indicado.	12. Realiza a apresentação ultrapassando muito ligeiramente o tempo indicado.	12. Realiza a apresentação no tempo indicado.



Prof. Manuela Candeias

Figura 2 - Rubrica Apresentação Oral

2.3.10 E@D – Ensino a Distância

O Ensino a Distância (E@D), naturalmente, foi também para mim um desafio enorme e uma preocupação constante desde que as escolas fecharam.

Recorri, numa primeira fase, à plataforma Moodle, *email* e WhatsApp e, posteriormente, à plataforma Teams.

Como tarefas, os alunos apresentaram os trabalhos realizados no 2.º período relativos à AC e executaram circuitos de condição física. Primeiramente, os circuitos eram indicados por mim, posteriormente, elaboraram circuitos semanais com recurso sobretudo a exercícios realizados em contexto de aula. Os circuitos foram elaborados recorrendo a diferentes ferramentas (PowerPoint, vídeos, Sway ou outras) e estes traduziam-se numa apresentação aos colegas durante as aulas síncronas. Como condição, os alunos não poderiam aparecer nos trabalhos realizados, substituindo a sua participação por imagens, *gifs* ou outros recursos.

Todos os alunos do 12.º A tinham acesso a computador e *internet*, pelo que não surgiram problemas neste aspeto.

Na minha opinião, este modelo de ensino, o único possível, aumentou as desigualdades entre os alunos e tornou-se um processo muito exaustivo quer para os alunos, quer para os professores, tendo eu muitas dúvidas quanto ao resultado final, particularmente no que se refere à disciplina de Educação Física. Ao abranger muito mais do que a Aptidão Física e não sendo possível lecionar as matérias da área das Atividades Físicas, o cumprimento dos objetivos na disciplina foi enormemente condicionado.

2.3.11 Avaliação Formativa, Sumativa e Critérios de Avaliação de Educação Física

Os critérios de avaliação do grupo de EF são os abaixo expostos e estão de acordo com o recomendado pelo PNEF e AE, constituindo, deste modo, as regras da classificação da participação dos alunos e do seu desempenho no decorrer das aulas e em situação de avaliação formal.

Os alunos são avaliados por níveis nas diferentes áreas, tendo conhecimento, após a avaliação inicial, do nível em que se encontram nas diferentes matérias e de quais os objetivos que têm de atingir em cada nível para lhes ser atribuída determinada classificação.

Devido à especificidade da nossa disciplina, a avaliação formativa está notoriamente presente em todas as aulas e constitui um elemento fundamental e imprescindível no aperfeiçoamento do processo do ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial contribuir para que o aluno possa obter o almejado sucesso na disciplina, estimulando as suas capacidades e ajudando a ultrapassar as suas dificuldades em qualquer atividade e matéria proposta, concordando com o mencionado no *Programa Educação Física – Ensino Secundário* do Ministério da Educação (Jacinto *et al.*, 2001):

Os procedimentos aplicados devem assegurar a utilidade e a validade dessa apreciação, ajudando o aluno a formar uma imagem consistente das suas possibilidades, motivando o prosseguimento ou aperfeiçoamento do seu empenho nas atividades educativas e, também, apoiando a deliberação pedagógica. Esta aceção mais ampla da avaliação confere-lhe um carácter formativo, tornando-a um instrumento pedagógico.

Também Araújo e Diniz (2017) referem que “A avaliação formativa surge, assim, nestes programas numa perspetiva de orientação das opções curriculares, metodológicas e pedagógicas, integrando-a no processo de ensino-aprendizagem, mas, também, de regulação das aprendizagens dos alunos, de acordo com as suas efetivas necessidades formativas”. Paralelamente, o Decreto-Lei n.º 55/2018, no art.º 24, ponto 5 refere o seguinte:

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação e permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, devendo, com o envolvimento dos alunos no processo de autorregulação das

aprendizagens, fundamentar o apoio às mesmas, em articulação com dispositivos de informação dirigidos aos pais e encarregados de educação.

Complementa a definição de avaliação formativa no Artigo 27.º sobre os efeitos da avaliação: “A avaliação formativa sustenta a definição de estratégias de ensino, gerando medidas pedagógicas adequadas às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver”.

Em suma, nas nossas aulas, diariamente, recolhemos informações com vista à obtenção de informação que nos permita aferir se os alunos realmente estão no bom caminho no processo de ensino-aprendizagem, com vista ao alcance dos objetivos delineados.

No que concerne à avaliação sumativa, Simões *et al.* (2014) consignam a avaliação sumativa como uma avaliação pontual que ocorre no final de cada matéria programada. Salientam ainda que promove um balanço das aprendizagens e competências adquiridas pelos alunos no final de cada período letivo. A este propósito, o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, no Artigo 24.º, ponto 3 contempla o seguinte: “A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação das aprendizagens realizadas pelos alunos.” Complementa esta legislação a Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, que reforça no Artigo 22.º o conceito de avaliação sumativa:

- 1- A avaliação sumativa consubstancia um juízo global sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos.
- 2 — A avaliação sumativa traduz a necessidade de, no final de cada período letivo, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens.

Assim, no que se refere à avaliação sumativa, conseguimos após “muitas horas de luta” entre colegas e posteriormente, no Conselho Pedagógico, aprovar os critérios de avaliação por níveis, contrariando uma prática muito enraizada na escola (nesta e em muitas escolas do país) de avaliação por ponderações. Os critérios de avaliação foram estabelecidos recorrendo às normas de referência para a definição do sucesso em EF, patentes nos PNEF e AE, garantindo a articulação vertical desde o 2.º ciclo até ao secundário (DGE, 2018).

Logo, ficou bem explícito para todos os envolvidos que dois alunos com características diferentes podem atingir no final do ano letivo a mesma classificação, pois foram selecionadas as matérias onde cada um dos alunos apresentou melhores desempenhos, ou seja, as suas melhores matérias, indo ao encontro do realçado por Fernandes (1997) que enaltece “Este aspeto salvaguarda o ecletismo, característico da disciplina de Educação Física e o respeito pelo desenvolvimento multilateral do aluno, valorizando os seus pontos fortes e salvaguardando, assim, o princípio da positividade” (conforme citado por Araújo (2017).

São os seguintes os critérios de avaliação aprovados e em vigor no agrupamento, com as seguintes premissas:

O aluno é avaliado nas matérias da Área das Atividades Físicas, sendo situado no respetivo nível de proficiência motora e intelectual, de acordo com o PNEF – Nível Não Introdutório (NI), Introdutório (I), Elementar e Avançado (A). E ainda no Nível Parte Introdutório (PI), Parte Elementar (PE) e Parte Avançado (PA), quando o aluno não atinge todas as referências de aprendizagem definidas para o nível, de acordo com o decidido em área disciplinar de EF.

Considerando que a lecionação desta área se encontra condicionada pela situação de confinamento e isolamento social, determinada pelas medidas de combate à situação pandémica em que nos encontramos, o grupo disciplinar optou pelo reforço das atividades práticas relacionadas com a Aptidão Física. Desta forma, procurou-se garantir a prática de atividade física, necessária e determinante para ultrapassar este período. Para efeitos de avaliação sumativa e classificação dos alunos no final do 2.º período, será considerada a proficiência registada no primeiro período em cada uma das AFD lecionadas, salvaguardando as situações em que as matérias possam ser abordadas em contexto de E@D e que o aluno atinja nível superior. Como consequência do seu nível de participação nesta área, prevê-se ainda a possibilidade de incrementar neste parâmetro de avaliação, quer pelo desenvolvimento das áreas de competência previstas e das atitudes consideradas ajustadas, até um máximo de 0,5 pontos na sua classificação.

A avaliação tem como critérios a **participação** nas atividades em que os alunos são envolvidos e a **qualidade** do desempenho na realização das mesmas, de acordo com as rubricas de avaliação, nas quais estão consideradas as áreas de competência que se propõem desenvolver (Tabela 1).

Tabela 1 -Áreas de Competência

DOMÍNIOS	DESCRIPTORES DE DESEMPENHO	ÁREAS DE COMPETÊNCIA	INTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO Ações Estratégicas de Ensino	Ponderação
ATIVIDADES	Participação nas atividades em que o aluno se envolve: • Cumprimento de regras e respeito pelo outro (em videoconferência). • É participativo, colaborador, cooperante, responsável e autónomo. • Cuida de si e do outro, é respeitador da diferença. Qualidade do desempenho na realização das diferentes tarefas: • Entrega do trabalho/tarefa. • Cumprimento dos prazos. • Participar ativamente em todas as situações e procurar o êxito pessoal.	A, B, C, D, E, F, G, H, I, J	Avaliação Formativa. Observação direta e Registo em grelha de registo de desempenhos. Registos Quadros respetivos. Rubrica de avaliação. Apresentações Oraís, Vídeo, em suporte Digital... Autoavaliação e heteroavaliação.	A concretização das várias tarefas a solicitar e a participação na generalidade das sessões síncronas poderá corresponder ao máximo de bonificação de 0,5 pontos a adicionar à avaliação final do 1.º Período, na área das Atividades Físicas. Área dos conhecimentos e Aptidão Física, de acordo com os critérios de avaliação.

O aluno terá de demonstrar o domínio de competências de todas as

matérias em que foi avaliado, selecionando-se o conjunto das 6 melhores matérias de referência para o seu sucesso, de acordo com a seguinte orientação (Tabelas 2 e 3):

Tabela 2 – Matérias a selecionar

10.º ANO	2 JDC (A)+1 GIN/ATL (B/C) + 1 NAT (G) /1 Outra + 2 matérias de outras categorias.
11.º E 12.º ANOS	2 JDC (A)+1 GIN/ATL (B/C) + 1 NAT/ 1 Outra + 1 DANÇA + 1 matéria de outra categoria.

Tabela 3 – Critérios de Avaliação

Classificação	AF (Atividades Físicas)			ApF (Aptidão Física)			Conhecimentos (AC)
	10.º	11.º	12.º	10.º	11.º	12.º	
20	5E+1A	4E+2ª		6 Testes na ZSAF			Muito Bom (MB)
19	1I+5E	5E+1PA		5 Testes na ZSAF			Bom
18							Satisfaz
17	2I+3E+1A	1I+4E+1PA		4 Testes na ZSAF			MB / Bom
16							Satisfaz
15	3I+2E+1PA	2I+3E+1PA		4 Testes na ZSAF			MB / Bom
14							Satisfaz
13	4I+1E+1PA	3I+2E+1PA		3 Testes na ZSAF			MB / Bom
12							Satisfaz
11	5I+1E	4I+2E		3 Testes na ZSAF			MB / Bom
10							Satisfaz
9	6I	5I+1E		2 Testes na ZSAF			Bom
8							Satisfaz
7	5I	5I		1 Teste na ZSAF			Bom
6	5I	5I		1 Teste na ZSAF			Satisfaz
1 – 5	≤5I	≤5I		0 Testes na ZSAF			Bom / Satisfaz

No caso de o aluno obter uma classificação inferior a Satisfaz na área dos Conhecimentos e/ou na área da Componentes de Carácter Transversal, baixará para o patamar inferior. Na área dos Conhecimentos, o aluno terá de estar apto, e a sua avaliação nesta área (Muito Bom; Bom ou Satisfaz) determina a sua classificação em determinado patamar de acordo com a tabela.

Tabela 4 - Conversão de Níveis em Pontos

Níveis	Não introdutório (NI)	Parte do Nível Introdutório (PI)	Nível Introdutório (I)	Parte do Nível Elementar (PE)	Nível Elementar (E)	Parte do Nível Avançado (PA)	Avançado (A)
Pontos	0pt	0,5pt	1pt	1,5pt	2pt	2,5pt	3pt

Como reflexão final, e trabalhando com o ensino secundário há bastantes anos, constato que, efetivamente, a alteração de a disciplina de EF passar a contar para a média final do ensino secundário novamente, tal como refere o Decreto-Lei n.º 55/2018, “elimina -se o regime excecional relativo à classificação da disciplina de EF, passando esta a ser considerada, a par das demais disciplinas, para o apuramento da classificação final de todos os cursos do ensino secundário”, teve um impacto muito positivo no nível de empenho dos alunos com consequente melhoria do desempenho. O constatado deixa-me apreensiva, pois o empenho dos nossos alunos não deveria estar dependente de uma classificação final. A EF tem de assumir com urgência um novo estatuto de acordo com a sua importância imprescindível e com características únicas no desenvolvimento dos nossos alunos.

III. Dimensão da Participação na Escola e Relação com a Comunidade

3.1 O Trabalho Desenvolvido como Diretora de Turma

O Despacho Normativo n.º 4-A/2016, de 16 de junho, que institui as regras da organização do ano escolar alude, ele próprio, à importância do Diretor de Turma (DT), particularmente no que aos alunos refere:

Na promoção do sucesso educativo atribui-se particular importância ao DT, não apenas no trabalho de proximidade com os alunos e de ligação às famílias, mas principalmente na assunção de uma intervenção de gestão e orientação curricular da turma e na dinamização de uma regular reflexão sobre a eficácia e adequação das metodologias de trabalho, tendo em vista a melhoria da qualidade das aprendizagens e o sucesso educativo dos alunos.

Com efeito, o DT ocupa cada vez mais, na organização escolar, um papel primordial. É o agente privilegiado e, sobretudo, o grande motor de uma educação personalizada, capaz de formar alunos envolvidos e conscientes. Desenvolvendo a sua ação de orientador educativo, auxiliará o aluno a resolver os seus problemas diários e a ultrapassar as suas dificuldades.

Por outro lado, a figura do DT é de extrema importância para a organização escolar. Os atores educativos veem no DT uma espécie de “tábua de salvação” para algum problema que tenha lugar no espaço da escola, quer também muitas vezes fora do contexto escolar. Ser DT nos dias de hoje é ter tarefas infindáveis para realizar, assuntos por resolver, Encarregados de Educação (EE) para receber, conflitos para apaziguar, faltas para justificar, projetos para coordenar, professores para articular... E muitas mais tarefas!

Acresce que, na minha opinião, ser DT é também ser psicólogo, ser pai/mãe, ser amigo, ser assertivo, ser educador, ou seja, para se ser DT tem de se ser resiliente!

Com efeito, o Decreto Regulamentar n.º 10/99 reforça o anteriormente referido, pois, no seu Artigo 7.º, refere que é competência do DT:

- 1 – A coordenação das atividades do conselho de turma é realizada pelo diretor de turma, o qual é designado pela direção executiva de entre os professores da turma, sendo escolhido, preferencialmente, um docente profissionalizado.
- 2 – Sem prejuízo de outras competências fixadas na lei e no regulamento interno, ao diretor de turma compete:
 - a) Assegurar a articulação entre os professores da turma e com os alunos, pais e encarregados de educação;
 - b) Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;
 - c) Coordenar, em colaboração com os docentes da turma, a adequação de atividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta do grupo e à especificidade de cada aluno;

- d) Articular as atividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação;
- e) Coordenar o processo de avaliação dos alunos garantindo o seu carácter globalizante e integrador;
- f) Apresentar à direção executiva um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido.

Também a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, no Artigo 41.º, cimenta as informações anteriores ao mencionar no ponto 2:

O diretor de turma ou, tratando-se de alunos do 1.º ciclo do ensino básico, o professor titular de turma, enquanto coordenador do plano de trabalho da turma, é o principal responsável pela adoção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção dos professores da turma e dos pais ou encarregados de educação e colaborar com estes no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem.

Perante estes cenários, a figura do DT surge indubitavelmente cada vez mais como o aglutinador do grupo-turma, estando presente em praticamente todas as orientações que chegam às escolas, destacando as mais recentes relativas ao ensino não-presencial:

O diretor de turma deve garantir a articulação eficaz entre os docentes da turma, tendo em vista o acompanhamento e a coordenação do trabalho a realizar pelos alunos, promovendo a utilização proficiente dos recursos e ferramentas digitais, bem como o acesso equitativo às aprendizagens. O professor titular de turma ou os docentes da turma, sob coordenação do respetivo diretor, devem adaptar o planeamento e execução das atividades letivas e formativas, incluindo, com as necessárias adaptações, as medidas de apoio definidas para cada aluno, garantindo as aprendizagens de todos (dos Estabelecimentos Escolares, D. G. (2020)

Efetivamente, ser DT em tempos de pandemia tornou-se uma tarefa muito exigente que parecia e parece nunca ter fim à vista...

3.1.1 Caracterização da Relação Estabelecida com os Alunos ao Longo do Ano

Mantive um diálogo franco e aberto com a minha direção de turma, fazendo-os ver que o professor é um amigo em quem se pode confiar, mas que espera de todos o cumprimento das suas responsabilidades, sendo muito exigente no que se refere ao comportamento e assiduidade. Encaminhei três alunos para o serviço de psicologia da escola. Durante este ano letivo, como em qualquer momento da minha vida profissional, sempre me esforcei para ajudar a formar o carácter dos meus alunos e alunas, tentando levá-los(as) à consciencialização dos seus deveres, ao respeito mútuo, à compreensão e dignificação da pessoa humana. Sempre me mostrei disponível e atenta em relação aqueles(as) alunos(as) que, por vezes, se aproximaram de mim com algum problema e

procurei valorizar os esforços que desenvolveram, reconhecendo e elogiando as boas atitudes sem deixar de censurar as menos corretas. De forma a rentabilizar os seus tempos livres, incentivei-os a frequentar as Atividades Desportivas, Salas de Estudo ou GAPES. Importa referir que não existiram situações de ordem disciplinar.

3.1.2 Estratégias Implementadas para Promover a Formação Pessoal/Social/Integral dos Alunos

Fomentar a formação do aluno entendendo-a numa perspetiva global e integral; Utilizar de uma pedagogia inclusiva; Reforçar a importância das relações interpessoais; Promover a diversificação de atividades; Incentivar a aquisição de uma sólida cultura proporcionada pela interdisciplinaridade das diferentes disciplinas, particularmente no que se refere ao Projeto “Educação para a Cidadania” e Projeto “Educação Saúde em Meio Escolar”; Valorizar a autonomia na aprendizagem; Proporcionar o desenvolvimento de atitudes que permitam aos alunos a sua intervenção e transformação na sociedade de que fazem parte.

3.1.3 Relação com os Restantes Professores do Conselho de Turma

Devido à minha maneira de ser franca e aberta, não me foi difícil estabelecer uma relação de empatia e amizade com os colegas do Conselho de Turma (CT). Foi fácil incentivar e aderir a um clima de cooperação e interajuda entre os elementos do Conselho de Turma, o que possibilitou um bom ambiente de trabalho e excelentes relações de convivência e de colaboração entre todos.

Como DT, tentei sempre ser dialogante/comunicativa, justa, compreensiva, tolerante, firme, disponível, dinâmica e com método, responsável, de maneira a saber resolver situações que surgiram, a solucionar problemas, a gerir os conflitos e a promover o trabalho de equipa de forma ponderada e equilibrada. Destaco as minhas principais tarefas:

- Furneci aos professores da turma todas as informações sobre os alunos e as suas famílias. Caracterizei a turma no início do ano, a partir dos dados recolhidos na ficha biográfica do aluno e de outros meios de informação;
- Discuti e defini com os professores estratégias de ensino-aprendizagem, tendo em conta as características da turma;
- Promovi o trabalho de equipa entre os professores, quer ao nível do desenvolvimento de projetos, quer na resolução de conflitos e problemas;
- Fomentei a coordenação interdisciplinar dos professores da turma, coordenei o processo de avaliação, promovi estratégias de flexibilização e gestão curricular;

- Fui a responsável pela coordenação interdisciplinar dos professores da turma no âmbito do Plano de Turma, projeto “Educação para a Saúde”, projeto “10 m a Ler” e projeto “Educação para a Cidadania”;
- Defini uma linha de atuação comum e em equipa dos professores da turma no que concerne às estratégias a aplicar com os alunos;
- Executei as orientações emanadas do conselho pedagógico;
- Recolhi/fornei informações sobre a assiduidade, o comportamento e o aproveitamento dos alunos;
- Analisei com os professores os problemas dos alunos com dificuldades de integração, bem como as questões que surgiram no relacionamento entre alunos e/ou alunos e professores;
- Coordenei as relações interpessoais e intergrupais dos professores entre si e dos professores e alunos;
- Estimulei a colaboração em atividades que promoviam a relação escola-meio;
- Colaborei na elaboração das fichas de monitorização dos alunos;
- Participei na elaboração das propostas de alunos para os GAPES e SE.

3.1.4 Relação/Estratégias com os Encarregados de Educação

No meu desempenho das funções de DT, sempre procurei manter aceso, contínuo e proveitoso o contacto com os Encarregados de Educação (EE), para troca de informações sobre aspetos relacionados com a integração na vida escolar e o processo de aprendizagem dos seus educandos. Pedi-lhes colaboração a nível do auxílio a dar em casa no acompanhamento dos trabalhos escolares, e também no conhecimento que me pudessem transmitir sobre aspetos da personalidade do(a) aluno(/a) a ter em conta no meu relacionamento na aula e fora dela. Estes contactos foram realizados de forma assídua quer através de *email* quer através de contacto telefónico. Foram estabelecidos todos os contactos previstos na lei, destacando-se as seguintes informações:

- Regras de funcionamento do Agrupamento, do Regulamento Interno, do Projeto Educativo e da legislação em vigor, do funcionamento das estruturas de apoio existentes na escola;
- Dia e hora de atendimento;
- Informações sobre a assiduidade, comportamento e aproveitamento escolar dos seus educandos bem como respeitante aos Exames Nacionais;
- Pontualmente, atendimento dos EE fora do meu horário de atendimento;
- Comunicações emanadas da direção, destacando particularmente todas as informações relacionadas com o ensino não-presencial e o ensino misto.

Em súmula, demonstrei toda a disponibilidade através da marcação de um dia para atendimento aos EE (marcado) e dois dias (que não estavam marcados), mas nos

quais informei que estaria disponível, bem como o telemóvel e *email*. De modo a consciencializar os EE para a vida escolar dos seus alunos, o meu discurso foi sempre no sentido de envolver e realçar o papel dos pais na vida escolar dos seus educandos, reforçando a importância do presente ano (Exames Nacionais) na vida dos seus educandos. Foi criado um grupo no Whatsapp com os alunos onde colocava, em tempo quase real, as informações que posteriormente enviava para os EE. Neste grupo, informei os alunos sobre atividades e campos de férias a realizar em faculdades e outros assuntos de interesse dos mesmos. Serviu também para de modo quase imediato responder às questões (muitas) colocadas pelos alunos. No ensino não-presencial foi criado um *email* para que todos (alunos, professores e EE) tivessem acesso mais direto à enorme quantidade de informação que ia sendo fornecida.

Como balanço, posso afirmar que cumpro com rigor, competência e humildade um dos papéis mais pertinentes na organização escolar, contribuindo para que no final do 3.º período todos os 30 alunos obtivessem classificações iguais ou superiores a 10 valores. Foi com orgulho que recebi um *email* de agradecimento, extensível aos outros professores do CT e com conhecimento do Diretor, pelo trabalho realizado.

3.2 Desporto Escolar: Grupo Equipa de Badminton

Neste ponto, a maioria das informações constantes foram retiradas dos relatórios/*emails* enviados ao longo do ano, pois traduzem, na minha opinião, muito bem o trabalho realizado.

3.2.1 Alunos Inscritos

No presente ano letivo, estavam inscritos no Grupo Equipa de Badminton 54 alunos.

3.2.2 Horários dos Treinos

Quarta-feira 15 h 20/17 h – Escola Ginestal Machado.

Sexta-feira 13 h 30/14 h 30 – Escola Mem Ramires.

3.2.3 Organização dos Treinos

Relativamente ao desporto escolar, foi elaborado um planeamento anual. Naturalmente, este tipo de planeamento diferenciou-se, pois focava-se sobre apenas uma modalidade e para um conjunto de alunos de diferentes escalões e género. Acresce que nunca sabia que alunos e quantos alunos teria nos treinos, pelo que a maioria das vezes o planeado era alterado e adequado aos alunos presentes.

3.2.4 Média de Alunos por Treino/Concentrações Realizadas

A média de alunos por treino situou-se entre os 15 e 20 alunos, mensalmente.

3.2.5 Concentrações de Badminton

3.2.5.1 1.ª Concentração de Badminton

Exmos. colegas de EDF

Venho, por este meio, agradecer a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que a concentração de badminton realizada hoje, na nossa escola, fosse um êxito!!!

Se por um lado estou exausta pois participaram 54 alunos e realizaram-se mais de 100 jogos por outro estou muito, muito feliz e orgulhosa pois 34 alunos (15 Mem Ramires, 19 Ginestal) pertenciam ao nosso Agrupamento!!!!

E quem conhece a realidade do Desporto Escolar percebe porque me emocionei quando tirámos a fotos de grupo...

Se dúvidas havia confirmou-se que, apesar de cada escola ter uma identidade própria que pode e deve ser mantida, a lógica de Agrupamento e a respetiva articulação vertical resulta na verdadeira aceção da palavra o que me faz ter a certeza que em boa hora propus e abracei este projeto o ano transato (já tínhamos tido 26 alunos a participar numa concentração).

Agradecimento extensivo aos colegas Leonel, Porfírio e Hermínia que se disponibilizaram e "perderam" algum do seu tempo livre para me ajudar. O meu muito obrigado, sem a vossa ajuda era humanamente impossível.

Uma palavra de reconhecimento também para os funcionários do pavilhão da Mem Ramires, Sr. Virgílio e D. Sónia que foram (como sempre) incansáveis.

Por fim o meu obrigado a todos os alunos presentes pela cooperação e empenho! Estou de cheio e é por vós que ainda vale a pena ser professora!!!

3.2.5.2 2.ª Concentração de Badminton

Participaram na 2.ª Concentração de Badminton, realizada no dia 22 de janeiro, no âmbito do Desporto Escolar, entre as 08 h 30 e as 17 h, cerca de 60 participantes, dos quais 35 do nosso agrupamento (16 Escola Mem Ramires e 19 Escola Ginestal).

Importa mencionar que a concentração decorreu num clima de grande entusiasmo e empenho da parte de todos os alunos, respeito pelo outro e pelas regras desportivas.

Partilho a opinião de que a escola, particularmente através da Educação Física e do Desporto Escolar, é um excelente condutor para a transferência e vivência da ética e dos valores que lhes estão associados. Creio que transportados para o quotidiano através de vivências como as de hoje, com idades muito díspares e crianças oriundas de vários locais, podem contribuir para sua consciência da atividade física e desportiva e, por conseguinte, para a construção da cidadania dos nossos alunos.

3.2.5.3 3.ª Concentração de Badminton

Realizou-se na escola Alexandre Herculano, tendo participado na concentração cerca de 65 alunos oriundos de todas as escolas do concelho.

Do nosso Agrupamento, estiveram presentes na competição 31 alunos (15 da Escola Mem Ramires e 16 Escola Ginestal Machado).

A competição realizou-se em dois períodos, manhã e tarde, pelo que se anexam duas justificações correspondentes aos períodos atrás referenciados.

Acresce salientar que, mais uma vez, todos os alunos envolvidos demonstraram um enorme empenho e entusiasmo, salientando-se o cumprimento de regras e o saudável espírito de grupo presente.

3.2.6 Síntese

Os objetivos foram amplamente atingidos, ao nível dos resultados alcançados e nomeadamente no contributo para a promoção da atividade física, redução do absentismo, promoção do sucesso escolar e sentimento de pertença ao agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado. Nos aspetos positivos, destaque para o aumento de participantes quer nos treinos quer em competição, tornando-se um grupo de referência no âmbito do desporto escolar. Devido a estes resultados e ao número de participantes, foi proposto que este grupo de badminton dê lugar à criação de outro grupo de badminton. Um será constituído pelos escalões Infantil A, Infantil B, femininos e masculinos e outro com os restantes escalões, Iniciados, Juvenis e Juniores. femininos e masculinos. Ambos os grupos ficarão a meu cargo.

3.3 Projeto “Ginestal a Dançar”

A ideia para o projeto “Ginestal a Dançar” surgiu no final do ano letivo transato numa conversa informal, no bar, com a colega Sara Gabriel, que leciona as disciplinas específicas do curso profissional Artes e Espetáculo. No início deste ano, decidimos por mãos à obra e lançarmo-nos nesta aventura.

3.3.1 Descrição do Projeto “Ginestal a Dançar”

No âmbito das comemorações do Dia da Escola, pretendíamos dinamizar a atividade “Ginestal a Dançar” que gostaríamos que envolvesse toda a comunidade escolar do agrupamento.

Nesse sentido, foi elaborada uma coreografia pelos alunos do curso de Artes do Espetáculo – Interpretação, cujo objetivo seria a sua apresentação, por parte de toda a comunidade educativa, com a participação de todos os alunos do Agrupamento (do pré-escolar ao secundário) e pessoal docente e não-docente. No seguimento do atrás exposto, solicitámos aos colegas a sua disponibilidade para participar/dinamizar este projeto com os seus alunos. A apresentação final estava calendarizada para o dia 13 de março, dia da comemoração da escola em local e hora a definir.

3.3.2 Metodologia Utilizada

Pretendíamos, com a colaboração de todos os professores, operacionalizar a atividade do seguinte modo:

Alunos: Os alunos do 11.º L deslocaram-se às turmas, em horário combinado previamente com os professores de Educação Física (2.º ciclo e 3.º ciclo) para apresentar/ensinar a coreografia.

Na Escola Ginestal Machado, as turmas deslocar-se-iam à sala 1.22 com o mesmo objetivo.

Esta primeira fase ocorreu nas primeiras semanas de janeiro. Após esta fase, as coreografias foram ensaiadas com o respetivo docente da turma. Optou-se pelos professores de Educação Física 3.º ciclo e secundário uma vez que a dança está incluída nos programas de Expressão Físico-Motora e Educação Física desde o 1.º ano até ao 12.º ano de escolaridade. Acresce que, pontualmente, a coreografia foi treinada nos intervalos das escolas na forma de *flash mob*.

Pessoal docente e não-docente: Também em relação aos professores se fez a apresentação da coreografia na sala de professores sob a forma de *flash mob*. Posteriormente, agendámos uma hora para ensaio da coreografia em que convidámos todos, o pessoal docente e não-docente.

Caros professores, técnicos administrativos e assistentes operacionais,

no âmbito do projeto "Ginestal a Dançar", os alunos do Curso de Artes do Espetáculo criaram uma coreografia - "~~Happy Days~~" - para ser apresentada a 13 de março, nas comemorações do Dia da Escola, que contará com a participação de toda a comunidade escolar no Jardim da Liberdade. A essência deste projeto é demonstrar a força da nossa Escola e das pessoas que aqui diariamente trabalham, pelo que o sucesso e impacto do evento passa pelo envolvimento das cerca de 1400 pessoas que a constituem.

Neste sentido, pedimos a todos que compareçam no ensaio no dia 4 de março pelas 14h30 no Ginásio da escola cuja dinamização estará a cargo das professoras Sara Gabriel e Manuela Candeias.

Muito gratos.

A Direção

Figura 3 – Projeto Ginestal a dançar - Convite

3.3.3 Recursos Utilizados

Para a consecução deste projeto, estariam envolvidos todos os alunos, professores e funcionários da escola Ginestal Machado no total de 1400 pessoas.

Foram necessárias licenças para a utilização da música e som, requisição de agentes da Escola Segura, técnicos de som e a Câmara Municipal de Santarém.

3.3.4 Apresentação do Projeto

A apresentação do projeto seria no dia 13 de março, dia da escola. Contudo, devido à pandemia, o evento, infelizmente, não se concretizou. Fica a experiência e a

certeza de que, com boa vontade e empenho, é possível organizar e pôr em marcha um evento desta envergadura, no qual o apoio e a colaboração da direção foram imprescindíveis.

INFORMAÇÃO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

No âmbito das comemorações do dia da Escola Ginestal Machado, no dia 13 de março, iremos promover a atividade “1ª Edição Ginestal a Dançar. Trata-se de uma atividade que pretende envolver toda a comunidade escolar: alunos, encarregados de educação, docentes e pessoal não docente, que se irá realizar no Jardim da Liberdade por volta das 13h15m.

Os alunos serão acompanhados por professores/pessoal não docente prevendo-se a saída da escola por volta das 12h30 e chegada às 14h00. Todas as turmas da escola Ginestal Machado participarão na atividade. Durante o percurso estarão presentes elementos da Escola Segura.

Solicitamos que possa, junto do seu educando, reforçar a importância de o mesmo cumprir as indicações dadas pelos professores bem como o dever de manter um comportamento e conduta adequados ao contexto escolar.

Informamos ainda que todos os alunos deverão ser portadores de uma camisola/tshirt/casaco vermelho.

Caso o seu Educando não possa participar (por motivos justificáveis) ou se não autorizar a recolha de vídeos e/ou imagens, durante a atividade, agradecemos que devolva o destacável ao Diretor de turma.

Convidamo-lo também a estar presente para se juntar ao evento, no jardim da Liberdade, no horário atrás referido. Pensamos que é uma ocasião ímpar onde toda a comunidade educativa pode participar.

A s professoras responsáveis,
Manuela Candeias
Sara Gabriel Vieira

O Diretor

Figura 4 – Projeto Ginestal a dançar – Informação aos Encarregados Educação

3. ARTIGO CIENTÍFICO / DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL AO LONGO DA VIDA

O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19 NO PRIMEIRO CONFINAMENTO

Manuela Candeias^[1], Paula Rodrigues^{[1][2]} e Fernando Vieira^{[1][2][3]}

[1] Instituto Piaget (ISEIT), Almada, Portugal

[2] KinesioLab – Research Unit in Human Movement, Piaget Institute, Portugal

[3] Research in Education and Community Intervention (RECI), Portugal

RESUMO

Enquadramento: A interrupção de quaisquer atividades letivas presenciais devido à pandemia Covid-19 resultou numa reconfiguração do ensino como o conhecemos para o ensino a distância, com todas as implicações daí decorrentes. Atendendo a esta realidade, almejamos com o presente estudo aferir a forma como os professores portugueses de Educação Física se adequaram à conjuntura do ensino a distância (E@D) perante a situação da pandemia Covid-19.

Objetivos: Analisar as alterações pedagógicas e avaliativas decorrentes do ensino a distância, na disciplina de Educação Física, no emergir do primeiro confinamento. **Métodos:** Como metodologia, um questionário *online* foi desenvolvido e aplicado a professores de Educação Física em três áreas principais: Planeamento, Áreas de Extensão da Educação Física e Avaliação no Ensino a Distância (E@D). **Resultados:** A área de Atividades Físicas não foi trabalhada em E@D pela maioria dos professores questionados. Os procedimentos relacionados com as decisões do Planeamento e a Avaliação Formativa não sofreram alterações significativas. Os critérios de Avaliação foram ajustados para o E@D. **Conclusões:** No contexto do primeiro confinamento (março a junho de 2020), a existência diferenciada de sessões síncronas e assíncronas foi um tema sempre presente, observando-se que a grande maioria dos professores apresentou, como indicado pelas orientações das direções do CNAPEF e da SPEF, sugestões de tarefas direcionadas aos alunos relacionadas com as áreas de Aptidão Física e da Área do Conhecimento.

Palavras-chave: Áreas do Currículo, Avaliação, Educação Física, Ensino a Distância, Pandemia Covid-19, Planeamento.

PHYSICAL EDUCATION TEACHING IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC IN THE FIRST CONFINEMENT

ABSTRACT

Background: The interruption of any classroom teaching activities due to the Covid-19 pandemic has resulted in a reconfiguration of teaching, as we know it, for distance learning, with all the implications that this entails. Given this reality, we aim to assess the way in which Portuguese Physical Education teachers have adapted to the situation of distance learning in the face of the pandemic situation caused by Covid-19. **Objectives:** To analyse the pedagogical and evaluative changes resulting from distance learning in the discipline of Physical Education in the emergence of the first confinement. **Methods:** As a methodology, an online questionnaire was developed and applied to Physical Education teachers in three main areas: Planning, Areas of Extension of Physical Education and Evaluation in Distance Learning (E@D). **Results:** The Physical Activity area was not worked on E@D by most of the teachers surveyed. The procedures related to Planning decisions and Training Assessment have not changed significantly. The Evaluation Criteria were adjusted for E@D. **Conclusions:** In the context of the first confinement (March to June 2020), the differentiated existence of synchronous and asynchronous sessions was an ever-present topic, noting that the vast majority of teachers presented, as recommended by the guidelines of the CNAPEF and SPEF, suggestions of tasks directed to students related to the areas of Physical Fitness and the Area of Knowledge.

Keywords: Curriculum Areas, Assessment, Physical Education, Distance Learning, Covid-19 Pandemic, Planning.

INTRODUÇÃO

Em 13 de março de 2020, com o número de casos de Covid-19 a eclodir, foram anunciadas pelo governo português as medidas para conter o vírus, destacando-se, desde logo, o fecho das escolas de todos os níveis de ensino em 15 de março. Estava dado o mote para uma alteração profunda e desconhecida nunca antes vivida na sociedade portuguesa.

Num tempo recorde, outrora impensável, a escola e os seus principais atores, os professores, prepararam-se para o ensino *online* da melhor maneira que conseguiram, com os recursos disponíveis, expetantes de que seriam só uns dias, para terminar o segundo período e que no terceiro período regressariam ao normal, o que não se veio a verificar. A escola reinventou-se, os professores também, os planos de contingência surgiram e, no meio das incertezas e dúvidas quanto ao modo de lecionar, à custa de muita dedicação e esforço por parte dos docentes, o ensino foi decorrendo num panorama inesperável e inimaginável outrora.

Alaiz (2020) reforça esta ideia ao mencionar que:

Em Portugal, a resposta das “escolas” ao fechamento foi, temos de convir, surpreendente! Rapidamente os seus professores – numa “linha da frente” de que injustamente pouco se falou - se adaptaram ao ensino a distância. Com maior ou menor eficácia e proatividade, construíram materiais de apoio às suas preleções bem como tarefas para os alunos realizarem. (p. 137)

Igualmente, Fernandes *et al.* (2021) referem que:

são ainda escassos os estudos, sobretudo no contexto português, sobre o modo como os professores e os alunos vivenciaram o período de confinamento, no que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem, bem como aos fatores que condicionaram tais processos e aos seus efeitos. (p. 5)

Uma pesquisa nas revistas científicas da especialidade revela que grande parte das publicações se centram em relatos sobre o modo como as instituições, sobretudo no contexto do ensino superior, se foram adaptando ao ensino remoto, destacando os meios tecnológicos e as estratégias de ensino e de interação com os estudantes.

Com a pandemia Covid-19 todas as variantes que integram o processo de ensino-aprendizagem se alteraram, o que implicou uma profunda reorganização no modo do ensino tradicional, passando-se para o ensino a distância com as consequentes dificuldades comuns a todas as disciplinas, tais como: dificuldade no acesso à rede de *internet* (falhas constantes), professores e, sobretudo, alunos sem equipamentos (computadores e câmaras); complexidade no manuseamento dos recursos digitais, famílias inteiras em confinamento, pais em teletrabalho, irmãos com aulas *online* e, muitas vezes, existindo apenas um computador por agregado... Acresce, na disciplina de Educação Física, a dificuldade ímpar de operacionalizar uma disciplina eminentemente prática para o ensino *online*! Como fazê-lo? As informações que chegavam por parte da Direção-Geral da Educação (DGE) eram escassas e foram surgindo lentamente, tendo primeiramente sido publicado o *site* de Apoio às Escolas em 16 de março de 2020 (Direção-Geral da Educação [DGE], 2020). Decorrente desta conjuntura, no dia 27 de março de 2020, é publicado no mesmo *site* o *Roteiro - Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas*. Em 13 de abril, é aprovado pelo Conselho de Ministros o Decreto-Lei n.º 14-G/2020, no qual estabelece as “medidas excecionais e temporárias na área

da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19”, estabelecendo que compete às escolas “definir e implementar um plano de ensino a distância, com as metodologias adequadas aos recursos disponíveis e critérios de avaliação, que têm em conta os contextos em que os alunos se encontram”. O mesmo Decreto-Lei menciona que:

As classificações a atribuir em cada disciplina têm por referência o conjunto das aprendizagens realizadas até ao final do ano letivo, incluindo o trabalho realizado ao longo do 3.º período, no âmbito do plano de ensino a distância, sem prejuízo do juízo globalizante sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. (DL 14G/2020)

No que refere à disciplina de Educação Física, em 11 de abril de 2020, as Direções da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) e do Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto (CNAPEF) emitem as orientações relativas à suspensão das atividades letivas presenciais no 3.º período (CNAPEF & SPEF, 2020), salientando que “estas adaptações representam um desafio para todas as áreas curriculares/disciplinas e, julgamos poder afirmar, de modo muito particular para a disciplina de Educação Física”, na tentativa de apoiar os professores de Educação Física na tomada de decisões que não se anteviam fáceis.

Já expusemos que todas as áreas disciplinares sofreram profundas mudanças, desconhecimento e incertezas, mas pensamos que a Educação Física (EF), pela sua característica única no currículo, foi a disciplina que, necessariamente, maioríssima modificação sofreu no *modus operandi* em todos os seus quadrantes.

Com efeito, é sabido que a conceção da EF expressa nos *Programas Nacionais de Educação Física* (PNEF), e desenvolvida no capítulo das finalidades, sintetiza o seu contributo, benefícios e efeitos educativos globais visados no conjunto dos 12 anos do ensino básico e secundário, centrando-se no valor educativo da atividade física pedagogicamente orientada para o desenvolvimento multilateral e harmonioso do aluno.

Mais recentemente, as *Aprendizagens Essenciais de Educação Física* (AEEF) e que vieram revogar os PNEF através do Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 julho, reforçam esta ideia ao elencarem que:

É universalmente reconhecida a importância da disciplina de EF no currículo dos alunos de todos os níveis de Educação e Ensino, enquanto promotora do seu desenvolvimento global e harmonioso, numa abordagem que estimula o raciocínio e a resolução de problemas complexos.

Apontam igualmente para a capacidade das escolas e dos professores de concretizarem as finalidades e objetivos gerais da EF, assumindo uma conceção de participação dos alunos que garanta uma “atividade física corretamente motivada, qualitativamente adequada e em quantidade suficiente, indicada pelo tempo de prática nas situações de aprendizagem”.

A este propósito, Onofre (2000, p. 161) refere que a lógica pessoal na conceção e implementação dos currículos assenta em larga medida nas perceções pessoais que os professores sustentam acerca do contributo pedagógico das experiências pelas quais são responsáveis, as prioridades que atribuem à sua disciplina.

No seguimento deste quadro, pretendemos com este estudo averiguar que decisões foram tomadas pelos professores de Educação Física, particularmente no que se refere ao Planeamento e Avaliação.

Em relação ao Planeamento, Saraiva (2017, p. 51) refere que “A cada professor cabe definir o planeamento curricular para cada uma das turmas que leciona, no quadro das orientações definidas pelos PNEF”. Salienta ainda que “Enquanto instrumento de intervenção pessoal o ‘Plano de Turma’ reflete o conjunto de deliberações que cada professor julga mais conveniente para as suas turmas, no âmbito das opções definidas pelo grupo disciplinar”. Naturalmente, antes da decisão individual do professor terão de existir tomadas de decisão concertadas em departamento ou grupo disciplinar, decisões essas que podem levar ao cumprimento do currículo da disciplina ou, por outro lado, comprometer o mesmo. Acresce a este contexto um fator de extrema importância e que tem que ver com a carga horária da disciplina e, por conseguinte, com o tempo em que os alunos usufruem realmente de tempo útil de prática. Corroboramos a opinião da SPEF (2017) ao referir que:

Concordamos com o princípio da atribuição de maior liberdade à escola na distribuição da carga horária e de qualquer medida que permita às escolas caminharem para processos próprios de organização da sua oferta curricular, de forma a melhor atingirem os objetivos do seu projeto educativo, desde que não se comprometam objetivos e a especificidade de cada disciplina relativamente à carga horária e à sua distribuição regular ao longo da semana.

Com efeito, as orientações emanadas pela Direção-Geral da Saúde (DGS) motivaram a que se reajustasse o processo de planear que segundo Quina (2009) “consiste na seleção e ordenamento dos objetivos e dos conteúdos programáticos, tendo em consideração as condições locais (pessoas, espaços e materiais) e temporais (número de horas) (Bento, 1987)”. Contudo, com a especificidade da situação vivida em contexto de pandemia, tememos que esta liberdade e consequentemente o poder decisório que cada escola/agrupamento se tenha detido e a decisão dos professores quer em grupo/departamento quer de forma individual possa ter comprometido, ainda mais, o cumprimento do currículo da disciplina de EF.

Efetivamente, existem estudos que referem que muitas das decisões dos professores advêm das suas crenças e as práticas dos professores de Educação Física e cremos que o ensino a distância não foi exceção. Onofre (2017, p. 1) refere que os resultados da investigação sobre o processo de pensamento dos professores, em particular aquele que se tem desenvolvido sobre o processo decisório que acompanha a sua atividade, sublinham a íntima relação entre as características do conhecimento do professor e a qualidade da sua intervenção. Ramos (2011, p. 35) acrescenta que esta evidência se sustenta na constatação de que o processo decisório - inerente ao planeamento, condução ou avaliação das diferentes atividades na escola - é desenvolvido num contexto psicológico de crenças, teorias implícitas e conhecimento, o qual, por sua vez, é enriquecido pelas mesmas experiências decisórias e pelas ações que as materializam, numa relação biunívoca (Clark & Peterson, 1986; Pérez & Gimeno, 1988; cit. por Onofre, 2002).

É notório que a situação de pandemia levou a que os docentes se reinventassem numa situação ignota, levando a profundas alterações nas suas práticas, tornando-se atores principais, indo ao encontro do mencionado por Vieira (2015), “Desta forma podemos afirmar que “estes

são figuras centrais e atores principais de toda e qualquer implementação curricular, e que, o que está em causa é o êxito do processo de ensino e de aprendizagem”.

Gonçalves (2017) reforça igualmente que:

o ato educativo é mais abrangente do que o ato de ensino já que não se restringe somente à ação direta de interação com os conteúdos e os alunos, mas alarga-se às decisões prévias de preparação e de planeamento das aulas e das unidades de ensino-aprendizagem e às decisões posteriores à aula, de avaliação da atividade interativa. (p. 119)

A outra área implícita neste estudo é a Avaliação das aprendizagens dos alunos que, como sabemos, assume diferentes características de acordo com o propósito a que é direcionada. Interessa-nos para este estudo a Avaliação Formativa e Sumativa das aprendizagens, estando em concordância com Araújo e Diniz (2017) ao referirem:

A avaliação formativa surge, assim, nestes programas numa perspetiva de orientação das opções curriculares, metodológicas e pedagógicas, integrando -a no processo de ensino -aprendizagem, mas, também, de regulação das aprendizagens dos alunos, de acordo com as suas efetivas necessidades formativas. (p. 57)

Sobre o enquadramento normativo da Avaliação Formativa, o Decreto-Lei n.º 55/2018, no art.º 24, ponto 5 refere o seguinte:

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação e permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, devendo, com o envolvimento dos alunos no processo de autorregulação das aprendizagens, fundamentar o apoio às mesmas, em articulação com dispositivos de informação dirigidos aos pais e encarregados de educação.

Complementa a definição de Avaliação Formativa no Artigo 27.º sobre os efeitos da avaliação: “A avaliação formativa sustenta a definição de estratégias de ensino, gerando medidas pedagógicas adequadas às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver”.

As direções do CNAPEF e da SPEF (2020) mencionam que “Devem reforçar-se procedimentos de avaliação formativa, que ajudem a monitorizar e a regular as atividades dos alunos”. A este propósito, Carvalho (2017) afirma que:

a avaliação formativa pressupõe um sistema de recolha e interpretação de dados para que, professores e alunos possam adaptar a sua atividade aos progressos e problemas de aprendizagem verificados e decidir novas prioridades, novos desafios, outras possibilidades para aprenderem! Trata-se, pois, de uma referência fundamental e determinante no planeamento do processo de ensino-aprendizagem. (p. 137)

Os próprios PNEF (Jacinto *et al.*, 2001, p. 7) dão indicações que, em cada escola, o(os) professor(es) de Educação Física estabeleça(m) um quadro diferenciado de objetivos, com base na avaliação formativa, peça metodológica fundamental para a adequabilidade dos programas a cada realidade particular.

Quanto ao enquadramento normativo da avaliação sumativa, o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, no Artigo 24.º, ponto 3, contempla o seguinte: “A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como

objetivos a classificação e certificação das aprendizagens realizadas pelos alunos.” Complementa esta legislação a Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, que reforça no Artigo 22.º o conceito de Avaliação Sumativa:

1- A avaliação sumativa consubstancia um juízo global sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. 2 — A avaliação sumativa traduz a necessidade de, no final de cada período letivo, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens.

Fernandes (2008, p. 12) argumenta que a Avaliação Sumativa faz uma súmula do que os alunos sabem e são capazes de fazer num dado momento. Fortifica esta ideia ao reforçar que a Avaliação Sumativa, em geral, proporciona informação sintetizada que se destina a registar e a tornar público o que parece ter sido aprendido pelos alunos.

A Avaliação Sumativa resulta da aplicação dos critérios de avaliação definidos pelo grupo/departamento de Educação Física e aprovados pelo Conselho Pedagógico, assumindo um carácter igualitário para todos os alunos de determinado ano. Os critérios de avaliação devem ser estabelecidos com recurso às normas de referência (por níveis) para a definição do sucesso em EF, patentes nos PNEF e nas Aprendizagens Essenciais (AE), garantindo a articulação vertical desde o 2.º ciclo até ao secundário (DGE, 2018). Contudo, a grande maioria das escolas continua a não ter estas normas de referência em consideração o que é corroborado por Henriques (2012):

De facto, ainda imperam práticas que fracionam os domínios, quer para a formulação de objetivos de aprendizagem, quer para a avaliação da consecução desses mesmos objetivos, como se pode constatar a partir dos critérios de avaliação aprovados na maioria das escolas. (p. 58)

Na sequência do atrás supramencionado foi objetivo deste estudo foi identificar como os professores planearam e lecionaram as aulas de EF no ensino a distância (E@D) durante o 1.º confinamento nas diferentes áreas: área das Atividades Físicas (AF), área dos Conhecimentos (AC) e área da Aptidão Física (ApF), bem como perceber como foi realizada a avaliação durante este período de tempo.

MÉTODO

Para efetivar o propósito a que nos propusemos, recorreremos a uma amostra constituída por 104 professores de EF que tinham como premissa estar a lecionar a disciplina no presente ano letivo (2019/2020), ao qual aplicámos um questionário *online*, elaborado na plataforma Forms. O questionário foi enviado de forma individual, através de mensagem, fazendo uso do Grupo de Professores de Educação Física de Portugal, e após a confirmação de que o professor cumpria a premissa acima assinalada. Esta premissa era condição imprescindível, pois iria permitir respostas baseadas em factos mensuráveis.

O questionário é original sendo elaborado por nós e validado previamente por cinco professores com doutoramento e reconhecida experiência profissional. Posteriormente, foram realizadas as reformulações sugeridas e o questionário foi revisto. Segundo Santos e Henriques (2021):

O pré-teste avalia a forma como os inquiridos percebem as perguntas (Foddy, 2002), ou seja, se elas fazem sentido, se são compreendidas e provocam as respostas esperadas e se as instruções são suficientes, se falta alguma opção de resposta ou, pelo contrário, se alguma está a mais (Moreira, 2007). (p. 25)

Optámos pelo inquérito por questionário pois partilhamos da opinião de Dias (1994, p 12), ao referir que através do mesmo:

temos acesso a informação atual e atualizada, ou seja, esta técnica de pesquisa permite-nos estudar um fenómeno tal como ele ocorre e é socialmente construído e representado num determinado momento. Também ao colocarmos um elevado número de questões, podemos obter informações mais ricas sobre os indivíduos e estabelecer relações entre eles.

Recorremos na elaboração do questionário a questões de resposta fechada e aberta, sendo considerado, portanto, um questionário misto. A este propósito, Santos e Henriques (2021, p. 14) referem que pode ser usado quando o investigador quer obter informação qualitativa para contextualizar e complementar a informação quantitativa.

Assim, as primeiras questões foram analisadas utilizando uma abordagem positivista através da estatística descritiva. Por seu lado, as questões de resposta aberta foram analisadas utilizando uma metodologia qualitativa, numa abordagem interpretativa, através da técnica de análise de conteúdo. A este propósito Alves e Azevedo (2010, p. 32) referem que a “abordagem qualitativa é para nós aquela em que melhor se compreendem os fenómenos educacionais apreendendo-os na sua complexidade e dinâmica”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram recolhidos através de um questionário, constituído por três partes:

Tabela 5 - Epítome do Questionário “O Ensino da Educação Física em Contexto de Pandemia Covid-19 no Primeiro Confinamento”

Partes		Questões
I	Planeamento	1 – 5
II	Áreas do Currículo de Educação Física	7 – 11
III	Avaliação	12 – 16

Primeiramente, realizou-se uma consulta exaustiva a todas as respostas. Esta consulta proporcionou uma lista de frases, exprimindo as diferentes categorias mencionadas em cada uma das questões. Em segundo lugar, elaborou-se uma grelha de análise, composta por diferentes categorias, de acordo com cada questão de resposta aberta. Posteriormente, determinaram-se as frequências das categorias referidas por todos os inquiridos para cada pergunta do questionário. Por fim, realizou-se a análise de conteúdo. Nas questões de resposta fechada, fez-se uma análise descritiva já que as categorias estavam, naturalmente, já elaboradas, o que facilitou a respetiva análise descritiva.

Tabela 6 - Respostas à Questão 1

Questão 1 – Como foi realizado o planeamento do currículo de Educação Física no E@D durante o 1.º confinamento?	Respostas N	Respostas %
Em departamento	22	19 %
Em grupo disciplinar	79	68 %
De forma individual	14	12 %
Outra	1	1 %

Saraiva (2017, p. 50) afirma que “Ao longo dos vinte e cinco anos de vigência dos Programas Nacionais de Educação Física (PNEF), as necessidades de simplificação dos desafios colocados junto de professores e alunos, têm sido uma constante na nossa prática pedagógica”. Não poderíamos estar mais de acordo, pois nenhum de nós vivenciou um desafio, a todos os níveis, como o que nos foi colocado pelo E@D. Apesar destas circunstâncias a grande maioria dos professores referiu ter realizado o planeamento em grupo disciplinar/departamento indo ao encontro do explanado por Jacinto *et al.* (2001, p. 19), “O trabalho coletivo que o Departamento de Educação Física produzir, traduzido nos compromissos que estabelecer dentro do próprio grupo, na escola e na comunidade, são a base do sucesso na aplicação destes programas”. Os PNEF estavam em vigor aquando da realização do estudo, tendo sido revogados posteriormente pelo Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho.

Tabela 7 - Respostas à Questão 2

Questão 2 – Quais as áreas de extensão da EF trabalhadas durante o E@D no ano letivo 2019/2020?	Respostas N	Respostas %
Área das Atividades Físicas	26	12 %
Área da Aptidão Física	83	40 %
Área dos Conhecimentos	73	35 %
Todas as anteriores são válidas	21	10 %
Outro	6	3 %

Atente-se que:

As Direções da Sociedade Portuguesa de Educação e do Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto, depois de auscultadas diversas entidades nacionais e internacionais, são de opinião que: 1. Dada a impossibilidade de incluir no processo ensino-aprendizagem, atividades práticas relativas à área das Atividades Físicas, área estruturante do currículo da Educação Física, a atividade pedagógica deve ser, prioritariamente, orientada para os

seguintes propósitos: a. A manutenção e/ou elevação da aptidão física, na perspetiva da saúde e do bem-estar; b. A aprendizagem dos processos de desenvolvimento e manutenção da aptidão física (CNAPEF & SPEF, 2020, p. 2)

Assim, estes resultados levam a crer que os professores de EF tiveram em consideração as orientações emanadas pelas entidades acima referidas e que funcionaram praticamente isoladas na tentativa de esclarecer e informar os professores e as escolas sobre quais os procedimentos a realizar numa situação ignota para todos.

Tabela 8 - Respostas à Questão 3

Questão 3 – As planificações das aulas no E@D foram planeados com recurso a que plataformas?	Respostas N	Respostas %
Escola Virtual	30	11 %
Leya	15	5 %
FITescola	61	22 %
CNAPEF/SPEF	10	4 %
Teams	46	16 %
Classroom	36	13 %
Email	48	17 %
Outro	34	12 %

Atendo a que “não é possível, através de atividades letivas não presenciais, criar contextos educativos com dinâmicas próprias e características da Educação Física, que permitam o desenvolvimento do currículo e o pleno alcance dos seus objetivos educativos” (CNAPEF & SPEF, 2020, p. 2), os professores foram obrigados a se reinventarem na forma como lecionavam as suas aulas. Perante este cenário, o nosso estudo permite-nos concluir que setenta professores utilizaram a plataforma FITescola, aparecendo em segundo lugar, sem diferenças muito significativas, o recurso ao *email* e à plataforma Teams. A ambiguidade de respostas leva-nos a crer que os professoras possam ter utilizado, em simultâneo, mais do que uma plataforma. A este propósito, é referido na plataforma FITescola:

A nossa equipa também preparou um conjunto de recursos já existentes na Plataforma FITescola® que poderão ser utilizados pelos professores de Educação Física de forma a facilitar o ensino à distância com os alunos. Estes materiais deverão ser considerados como recursos educativos a serem utilizados com a metodologia que cada professor considerar mais adequada (DGE, 2021).

Tabela 9 - Respostas à Questão 4

Questão 4 – As atividades planeadas pelo grupo/departamento foram adequadas ao contexto educativo de:	Respostas N	Respostas %
Cada turma	34	27 %

Por ano de escolaridade	61	48 %
Por ciclo	32	25 %
Outro	1	1 %

Pretendíamos nesta questão aferir se os procedimentos seguidos pelos professores tinham ido ao encontro ao patente nas AEEF:

Através do trabalho de desenvolvimento curricular em cada estabelecimento de ensino, reforça-se a possibilidade de as escolas e os professores fazerem uma gestão flexível do currículo, contextualizada e adaptada ao ano, à turma, e a todos e cada um dos alunos. Garante-se igualmente, desta forma, o princípio da equidade no acesso ao currículo, respondendo à diversidade das necessidades e possibilidades dos alunos e das condições das escolas, promovendo a inclusão, por via da diferenciação pedagógica (DGE, 2018).

Consideramos tal-qualmente que foram tidas em conta, nas diferentes escolas, aquando do planeamento, as orientações providas das direções da SPEF e do CNAPEF:

A atividade pedagógica deverá ser diferenciada e adequada ao contexto educativo de cada turma, sempre que possível, considerando as necessidades e possibilidades de cada aluno, e de acordo com as orientações específicas a definir no âmbito dos departamentos / grupos de Educação Física e dos Conselhos de Turma (CNAPEF & SPEF, 2020, p. 2).

Tabela 10 - Respostas à Questão 5

Questão 5 - O planeamento das atividades foi realizado com a condição de que todos os alunos desenvolvessem as atividades propostas?	Respostas N	Respostas %
Sim	91	88 %
Em parte	12	12 %
Não	1	1 %

À questão cinco, a grande maioria dos professores respondeu afirmativamente de acordo com o emanado pelas orientações: “Devem envidar-se esforços para garantir condições para que todos os alunos possam desenvolver as atividades propostas, mesmo sabendo que a ausência da escola ‘física’ potenciará desigualdades no acesso à aprendizagem” (CNAPEF & SPEF, 2020, p. 2).

Também no documento do *site* Apoio às Escolas vem referido:

Para a consecução das tarefas, os alunos podem recorrer ao manual escolar, aos cadernos de exercícios, a materiais que tenham em casa ou a outras aplicações que estejam disponíveis online, devendo o professor verificar se todos os alunos da turma têm efetivamente os equipamentos que lhes permitam realizar as tarefas acordadas e procurando o professor alternativas, caso tal não se verifique. Caso existam alunos que não conseguem aceder a alguma aplicação, deverá o professor

indicar formas alternativas para a realização das tarefas, tentando adaptá-las a outras bases de trabalho. (DGE, 2019-2021a)

Nas questões seguintes, procurámos apurar como tinham os professores lecionado as atividades planeadas de acordo com as 3 áreas de extensão do currículo: área das Atividades Físicas, área da Aptidão Física e área dos Conhecimentos, respeitante quer às aulas síncronas quer às aulas assíncronas, tendo-se analisado em conjunto as respostas relativas a cada área respeitantes as aulas síncronas e assíncronas.

Tabela 11 - Respostas à Questão 6

Questão 6 - Como se concretizaram as atividades planeadas relativamente à Área da Aptidão Física nas aulas síncronas?	Respostas N	Respostas %
Envio de tarefas	3	3 %
Circuitos de condição física / plano de treino com orientação do professor / tabata / execução de vídeos	53	56 %
Esclarecimento de dúvidas / explicação de tarefas	25	26 %
Exercícios na plataforma FITescola	4	4 %
Conteúdos teóricos	4	4 %
Não houve aulas síncronas	6	6 %

Tabela 12 - Respostas à Questão 7

Questão 7 - Como se concretizaram as atividades planeadas relativamente à Área da Aptidão Física nas aulas assíncronas?	Respostas N	Respostas %
Esclarecimento de dúvidas	3	3%
Realização de circuitos de condição física / plano de treino / tabata / Execução de vídeos de forma autónoma	38	40%
Realização de atividades solicitadas pelo professor e registo das mesmas através de documento próprio ou vídeo	37	39%
Exercícios na plataforma FITescola	2	2%
Realização de trabalhos / Quiz / Forms	7	7%
As aulas foram sempre síncronas	2	2%
Não houve aulas assíncronas	6	6%

Analisando as duas tabelas, podemos concluir que existe alguma similitude entre o modo como os professores planearam as aulas síncronas e assíncronas. Com efeito, a maioria dos professores referiu que trabalhou conteúdos da área da Aptidão Física, destacando-se que na questão 6, relativa a aulas síncronas, 53 dos professores inquiridos referiram ter realizado

nessas aulas tarefas relacionadas com a Aptidão Física. Na questão 7, relativa às aulas assíncronas, 38 professores afirmaram que os seus alunos realizaram circuitos de condição física, plano de treino, tabata ou vídeos de forma autónoma. Acresce que um número considerável de professores, 37, nas aulas assíncronas, solicitaram o registo das mesmas quer em documento próprio quer em vídeo. No cômputo das duas tabelas, apenas 6 professores mencionaram que recorreram à plataforma FITescola, plataforma indicada pela DGE (DGE, 2019-2021b). Ressalta-se o facto de nenhum dos inquiridos ter feito referência à utilização dos recursos disponibilizados pelo Desporto Escolar também no *site* de apoio às escolas

Fruto das vicissitudes da pandemia COVID-19, as atividades letivas presenciais foram suspensas. Este fenómeno fez com que os alunos estejam em casa e, neste sentido, o Desporto Escolar lançou uma campanha para que os alunos continuem ativos e a fazer exercício físico em casa. (DGE, 2019-2021c)

Outro aspeto pertinente a reter é o mencionado por 6 professores ao responderem que não existiram aulas síncronas ou assíncronas. Esta constatação é contrária ao expresso no Decreto-Lei n.º 14-G/2020, particularmente no Artigo 5.º:

Artigo 5.º Atividades docentes em regime não presencial 1 — No âmbito do plano de ensino a distância definido pela escola, o professor titular de turma e os professores da turma adaptam, sob coordenação do diretor de turma, o planeamento e execução das atividades letivas ao regime não presencial, incluindo, com as devidas adaptações, as medidas de apoio definidas para cada aluno, garantindo as aprendizagens de todos. 2 — Compete aos professores recolher evidências da participação dos alunos, tendo em conta as estratégias, os recursos e as ferramentas utilizadas pela escola e por cada aluno. 3 — Para efeitos do disposto no número anterior, os professores elaboram um registo semanal dos conteúdos ministrados, das sessões síncronas e assíncronas realizadas e de outros trabalhos desenvolvidos pelos alunos.

Tabela 13 - Respostas à Questão 8

Questão 8 - Como se concretizaram as atividades planeadas relativamente à Área dos Conhecimentos nas aulas síncronas?	Respostas N	Respostas %
Apresentação oral de trabalhos da Área dos Conhecimentos	7	8 %
Visualização de vídeos	16	18 %
Exposição de conteúdos através de documentos, Powerpoint, Quiz, Kahoot, Forms	41	47 %
Exercícios na plataforma FITescola/FMH, Leya e Escola Virtual	6	7 %
Explanação das tarefas a realizar	6	7 %
Debate sobre diferentes temas	3	3 %
Não houve aulas síncronas	8	9 %

Tabela 14 - Respostas à Questão 9

Questão 9 - Como se concretizaram as atividades planeadas relativamente à Área dos Conhecimentos nas aulas assíncronas?	Respostas N	Respostas %
Esclarecimento de dúvidas	3	3 %
Elaboração individual ou em grupo de trabalhos da Área dos Conhecimentos	30	34 %
Resolução de fichas e formulários em diferentes plataformas Quiz, Kahoot, Forms, outras	28	31 %
Envio de vídeos ou tarefas com a realização de comentário ou relatório	6	7 %
Correção de tarefas e envio de planos de aulas	6	7 %
De modo autónomo pelos alunos	7	8 %
Não houve aulas assíncronas	9	10 %

Olhando para as tabelas 14 e 15, relativas à Área dos Conhecimentos nas aulas síncronas e assíncronas, constatamos que os professores não responderam de forma clara se abordaram os conteúdos contemplados nos PNEF e AEEF uma vez que apenas 41 professores aludiram que nas aulas síncronas abordaram conteúdos desta área, enquanto nas aulas assíncronas esse número desce um pouco, referindo apenas 30 professores terem abordado conteúdos teóricos da Área dos Conhecimentos. Nenhum dos inquiridos mencionou o exposto na introdução geral das AEEF (DGE, 2018):

Na área dos Conhecimentos, as competências essenciais em cada ano e ao longo do ciclo, integram objetivos relacionados com a aprendizagem dos processos de elevação e manutenção da aptidão física e com a aprendizagem dos conhecimentos relativos à interpretação e participação nas estruturas e fenómenos sociais no seio dos quais se realizam as atividades físicas, definidos no PNEF. (p. 8)

Paralelamente, podemos referir que não foi, de forma considerável, tido em conta pelos diferentes professores/escolas as orientações oriundas das direções da SPEF e do CNAPEF (CNAPEF & SPEF, 2020, p. 1).

Tabela 15 - Respostas à Questão 10

Questão 10 - Como se concretizaram as atividades planeadas relativamente à Área das Atividades Físicas nas aulas síncronas?	Respostas N	Respostas %
Não respondeu à questão	11	10 %
Só foram lecionados conteúdos teóricos	37	34 %
Não se realizam matérias da área das Atividades Físicas	50	46 %
Exercícios do #EstudoEmCasa	2	2 %
Dança	4	4 %
Orientação e gestos técnicos de algumas matérias	5	5 %

Tabela 16 - Respostas à Questão 11

Questão 11 - Como se concretizaram as atividades planeadas relativamente à Área das Atividades Físicas nas aulas assíncronas?	Respostas N	Respostas %
Não respondeu à questão	12	12 %
Só foram lecionados conteúdos teóricos	27	26 %
Não se realizam matérias da área das Atividades Físicas	55	53 %
Exercícios do #EstudoEmCasa	5	5 %
Dança	3	3 %
Orientação e gestos técnicos de algumas matérias	1	1 %

A partir da análise destas duas tabelas relativas à área das Atividades Físicas, podemos comprovar que grande parte dos professores não lecionou matérias desta área, o que vai ao encontro do prescrito pelas direções da SPEF e do CNAPEF: “Dada a impossibilidade de incluir no processo ensino-aprendizagem, atividades práticas relativas à área das Atividades Físicas, área estruturante do currículo da Educação Física” (CNAPEF & SPEF, 2020, p. 1). Esta situação ocasionou, naturalmente, o incumprimento de grande parte do currículo da Educação Física, pondo em causa o processo de ensino-aprendizagem dos alunos:

Na área das Atividades Físicas, a demonstração de competência manifesta-se através da consecução dos objetivos definidos para cada matéria, estruturados em três níveis de especificação e complexidade das aprendizagens: Introdução (I), Elementar (E) e Avançado (A). Para o cumprimento de cada um destes níveis o aluno deve demonstrar em simultâneo desempenhos, conhecimentos e atitudes representativos do nível considerado, numa lógica integrada da aprendizagem e alinhada com o conceito de competência enunciado no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. (DGE, 2018, p. 5)

A este propósito, Jorge Mira, em entrevista, refere:

Não se dão aulas de Educação Física online, o que não quer dizer que não se possam utilizar instrumentos para trabalhar e interagir com os alunos”, refere. Criar virtualmente a componente das atividades práticas é uma tarefa praticamente impossível. A dimensão da competitividade, naquele jogo de colaboração e oposição entre colegas, torna-se uma impossibilidade por força das circunstâncias. “Nada substitui o presencial”, comenta. (Oliveira, 2020)

Outro ponto a destacar é que praticamente um quarto dos professores afirmou ter lecionado conteúdos teóricos e apenas um número muito pequeno, quase insignificante, optou por abordar a dança, orientação e alguns gestos técnicos.

Um facto, quanto a nós, curioso é a ausência de utilização por parte dos professores da plataforma do #EstudoEmCasa em casa que iniciou as transmissões em 20 de abril e pretendia ser um “auxílio” aos professores, por um lado, mas, sobretudo, foi pensado, em particular, “para os alunos que não tinham facilidade ou possibilidade de aceder à internet e a recursos que aí se disponibilizam” (DGE, 2019-2020).

Tabela 17 - Respostas à Questão 12

Questão 12 – A Avaliação Formativa foi reforçada no sentido de ajudar a monitorizar e a regular a realização das atividades pelos alunos?	Respostas N	Respostas %
Sim	94	94 %
Não	10	10 %

Nesta questão, há a ressaltar que 94 dos 104 professores inquiridos respondeu afirmativamente, indo ao encontro do definido na legislação em vigor, Decreto-Lei n.º 55/2018, no art.º 24, às orientações emanadas pela SPEF e pelo CNAPEF, “Devem reforçar-se procedimentos de avaliação formativa, que ajudem a monitorizar e a regular as atividades dos alunos” (CNAPEF & SPEF, 2020, p. 1) e no *site* de apoio às escolas:

Para a promoção das práticas de avaliação formativa em regime a distância, embora uma seleção criteriosa seja indispensável, há uma plêiade de serviços, aplicações e ferramentas disponíveis que favorecem e potenciam o diálogo e o questionamento, de modo equitativo e eficaz, favorecendo dinâmicas de uma “comunidade de aprendizagem”. Acresce que o vasto repertório de recursos existentes em regime a distância apresenta elevada flexibilidade, podendo ser utilizados e combinados de modo síncrono ou assíncrono, oral ou escrito e individual ou em grupo. (DGE, 2019-2021c)

Igualmente, os PNEF consignam “Prevê-se igualmente que, em cada escola, o grupo de Educação Física e os professores estabeleçam um quadro diferenciado de objetivos, com base na avaliação formativa, peça metodológica fundamental para a adequabilidade dos programas a cada realidade particular” (Jacinto *et al.*, 2001, p. 7).

Tabela 18 - Respostas à Questão 13

Questão 13 - Houve alteração/reajustamento dos critérios de Avaliação na disciplina de EF quando se passou para o E@D?	Respostas N	Respostas %
Sim	52	50 %
Não	21	20 %
Em parte	31	30 %

Tabela 19 - Respostas à Questão 14

Questão 14 - Se respondeu sim, qual ou quais foram os motivos que levaram a essa alteração?	Respostas N	Respostas %
Valorização da Área dos Conhecimentos	5	8 %
Foi retirada dos critérios de avaliação a área das atividades físicas	42	66 %
Aumento das percentagens das atitudes e valores na classificação final do aluno	6	9 %

Por indicação do agrupamento	3	5 %
Valorização da área da aptidão física	8	13 %

Pela leitura dos resultados das questões 13 e 14, podemos afirmar que as mesmas vão ao encontro das respostas dadas nas questões 11 e 12, nas quais praticamente metade dos professores declarou não ter abordado a área das Atividades Físicas, sendo certificado pela alteração aos critérios de Avaliação por metade dos inquiridos.

As orientações da SPEF e do CNAPEF indicavam que:

Relativamente à classificação, nos ensinos básicos e secundário, deve considerar-se que: a. O percurso de aprendizagem e aperfeiçoamento dos alunos decorreu dentro da normalidade em 2/3 do ano letivo; b. Apesar disso, esse percurso, particularmente na área das atividades físicas, foi interrompido de forma inesperada, não devendo os alunos ser penalizados pelo facto de não poderem continuar ou consolidar as aprendizagens iniciadas; c. A classificação final do ano letivo deverá considerar a atividade realizada e o percurso de desenvolvimento do aluno – enquanto foi possível a concretização de atividades globalmente representativas do currículo da disciplina – e ser ponderada pelo professor e pelo Conselho de Turma. (CNAPEF & SPEF, 2020)

Também o *site* de apoio às escolas refere o seguinte:

Uma das características que tem de merecer a nossa melhor atenção na definição de critérios será, com certeza, a adequação já que qualquer critério tem de traduzir fielmente o que é que, no currículo, está definido como sendo importante aprender e/ou saber fazer. Além do mais, os critérios, no seu conjunto, deverão abranger a totalidade das aprendizagens a realizar e que são passíveis de ser avaliadas através dos desempenhos dos alunos (Fernandes, 2021, p. 6).

Por conseguinte, e pelas respostas dadas, podemos concluir que foram realizadas pela maioria dos professores/escolas as necessárias alterações/adaptações ao contexto de ensino a distância no que se refere aos critérios de Avaliação e, conseqüentemente, à Avaliação Sumativa dos alunos.

Tabela 20 - Respostas à Questão 15

Questão 15 - Na sequência da alteração dos critérios de Avaliação, é da opinião de que as classificações finais dos alunos aumentaram no 3.º período com o E@D?	Respostas N	Respostas %
Sim	47	45 %
Não	57	55 %

Na última questão do questionário, pretendíamos aferir se as classificações dos alunos tinham aumentado motivadas pelo E@D, sendo que 57 dos professores inquiridos mencionou que não. A este propósito, a Recomendação N.º 01/2020 relativa à suspensão das atividades letivas presenciais alude a que:

“Na avaliação do final do ano, a nenhum aluno deverá ser atribuída classificação de frequência inferior à do 2.º período ou à do 1.º semestre, consoante o caso”.

CONCLUSÕES

Apesar do contexto de E@D, as práticas dos professores de Educação Física não sofreram muitas alterações:

1. Os professores tomaram as decisões relativas ao planeamento em grupo/departamento;
2. As áreas de extensão da EF trabalhadas durante o E@D no ano letivo 2019/2020, no primeiro confinamento, foram principalmente a área da aptidão física e a área dos Conhecimentos;
3. As planificações das aulas no E@D foram realizadas primeiramente com recurso à plataforma FITescola;
4. As atividades planeadas pelo grupo/departamento foram adequadas ao contexto educativo do ano/turma;
5. O planeamento das atividades pela maioria dos professores foi realizado com a condição de que todos os alunos desenvolvessem as atividades propostas;
6. As atividades planeadas relativamente à Área da Aptidão Física nas aulas síncronas e assíncronas foram maioritariamente realizadas com recurso a circuitos de condição física / plano de treino / tabata / execução de vídeos;
7. As atividades planeadas referentes à Área dos Conhecimentos nas aulas síncronas e assíncronas foram essencialmente conteúdos teóricos através da exposição ou resolução de documentos, Powerpoint, Quiz, Kahoot, Forms;
8. Não foram planeadas aulas alusivas à Área das Atividades Físicas nas aulas síncronas e assíncronas por metade dos inquiridos;
9. Praticamente todos os professores inquiridos mencionaram que a Avaliação Formativa foi reforçada no sentido de ajudar a monitorizar e a regular a realização das atividades pelos alunos;
10. Metade dos inquiridos afirmou que houve alteração/reajustamento dos critérios de avaliação na disciplina de Educação Física quando se passou para o E@D. Apesar das alterações, 57 inquiridos indicaram que as classificações dos alunos não subiram com o E@D.

Os resultados aqui relatados evidenciam que o E@D provocou essencialmente alterações na área das Atividades Físicas uma vez que não foi possível lecionar esta área neste modelo de ensino.

Grande parte do currículo dos alunos na disciplina de EF foi, assim, inviabilizada com as consequências nefastas daí resultantes.

Com todas as limitações impostas pelo E@D, sobretudo pela particularidade da disciplina de EF, os professores reinventaram-se, conseguindo, na medida do possível, lecionar os conteúdos da área da Aptidão Física e dos Conhecimentos, mesmo considerando que a inexistência das aulas presenciais fomentaria desigualdades no acesso à aprendizagem dos alunos e “que não é possível, através de atividades letivas não presenciais, criar contextos educativos com dinâmicas próprias e características da Educação Física, que permitam o

desenvolvimento do currículo e o pleno alcance dos seus objetivos educativos” (CNAPEF & SPEF, 2020, p. 1).

As limitações deste estudo estão intrínsecas à carência de estudos sobre este tema, particularmente no que à disciplina de Educação Física diz respeito. Com efeito, apesar da pesquisa exaustiva através das palavras-chave do artigo, não foi possível reaver estudos e/ou bibliografia realizados sobre o tema deste estudo durante o período analisado (março a junho 2020). Assim, realçamos as orientações e todas as informações emanadas pelas direções da SPEF e do CNAPEF que durante este período temporal e, posteriormente, evidenciaram todos os esforços na tentativa de apoiarem os professores e agilizarem um processo desconhecido para todos. Efetivamente:

O CNAPEF e a SPEF fizeram um trabalho exaustivo, escutaram todas as instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, que formam profissionais de Educação Física no nosso país, consultaram pareceres internacionais, nomeadamente de Espanha, França e Itália, para ajudarem os professores num caminho desconhecido (Oliveira, 2020).

Instigam-se estudos que permitam comparar o resultado deste estudo com as práticas dos professores de Educação Física durante o segundo confinamento. Cremos que com o aumento da informação disponibilizada quer pelas associações de professores de Educação Física, SPEF e CNAPEF, quer pela Direção-Geral da Educação, e a Direção-Geral da Saúde, o *site* de apoio às escolas e com a experiência dos docentes adquirida no primeiro confinamento, pensamos poder ser interessante certificar se as práticas se alteraram.

REFERÊNCIAS

- Alaiz, V. (2020). Impactos: metamorfoses, desigualdades e expectativas. *Ensinar e aprender em tempo de COVID*, 19, 136-139.
- Alves, M., & Azevedo, N. (2010). Introdução:(re) pensando a investigação em educação. Investigar em educação: desafios da construção de conhecimento e da formação de investigadores num campo multi-referenciado. Caparica: UIED-FCT/Universidade Nova de Lisboa, 1-30.
- Araújo, F. & Diniz, J. A. (2017). A avaliação [formativa] em Educação Física. Breve síntese sobre a investigação realizada nos últimos 25 anos. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*, (39), 53-64.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Carvalho, L. M. D. de (2017). Avaliação das aprendizagens em Educação Física. *Boletim Sociedade portuguesa de educação física*, (10-11), 135-151.
- Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto & Sociedade Portuguesa de Educação Física. (2020). *Orientações relativas à suspensão das atividades letivas presenciais no 3º período*. Disponível em <https://cnapec.files.wordpress.com/2020/04/posic3a7c3a3o-cnapec-e-spef-suspens3a3o-atividades-letivas-presenciais-1.pdf>
- Decreto-Lei n.º 14-G/2020 da Presidência do Conselho de Ministros. (2020). Diário da República: I série, n.º 72. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/14-g-2020-131393158>
- Decreto-Lei n.º 55/2018 da Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Diário da República: I série, n.º 129. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>

Despacho n.º 6605-A/2021 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. (2021). Diário da República: II série, n.º 129. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/6605-a-2021-166512681>

Dias, I. (1994). *O inquérito por questionário: problemas teóricos e metodológicos gerais*. Porto: Universidade do Porto.

Direção-Geral da Educação. (2021). *Educação Física à distância de um clique*. Disponível em <https://fitescola.dge.mec.pt/pagina.aspx?id=21>

Direção-Geral da Educação. (2020). *Apoio às Escolas*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/>

Direção-Geral da Educação. (2019-2021a). *Metodologias*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/documento/metodologias>

Direção-Geral da Educação. (2019-2021b). *Educação Física à Distância de um Clique*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/recursos/educacao-fisica-distancia-de-um-clique>

Direção-Geral da Educação. (2019-2021b). *#DesportoEscolarAtivo #FicaOn*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/recursos/desportoescolarativo-ficaon>

Direção-Geral da Educação. (2019-2021c). *Projeto MAIA – Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/documento/projeto-maia-projeto-de-monitorizacao-acompanhamento-e-investigacao-em-avaliacao>

Direção-Geral da Educação. (2019-2020). *#EstudoEmCasa*. Disponível em <https://estudoemcasa.dge.mec.pt/2019-2020/>

Direção-Geral da Educação. (2018). *Aprendizagens Essenciais*. Lisboa: Direção-Geral da Educação.

Fernandes, D. (2021). *Critérios de Avaliação*. Lisboa: Direção-Geral da Educação. Disponível em https://apoioescolas.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-02/folha_criterios_de_avaliacao.pdf

Fernandes, D. (2008). Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. *Estudos em avaliação educacional*, 347-372.

Fernandes, M. A. F., Machado, E. A., Alves, M. P. & Vieira, D. A. (2021). Ensinar em tempos de COVID-19: um estudo com professores dos ensinos básico e secundário em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 34(1).

Gonçalves, C. A. (2017). Avaliação do processo de ensino-aprendizagem em Educação Física. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*, (10-11), 111-134.

Henriques, J. J. C. (2012). A avaliação autêntica em Educação Física: o problema dos jogos desportivos colectivos (Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona).

Jacinto, J., Carvalho, L., Comédias, J. & Mira, J. (2001). *Programa de Educação Física-10.º, 1.1º e 12.º anos*. Lisboa: Ministério da Educação.

Martins, G. D. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Camilo, J. L. A., Silva, L. M. U., & Rodrigues, S. M. C. V. (2017). Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Oliveira, S. R. (2020). Como são as aulas de Educação Física à distância? *Educare.pt*. Disponível em <https://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=172067&langid=1>

Onofre, M. T. D. A. S. (2000). *Conhecimento prático, auto-eficácia e qualidade de ensino: um estudo multicaso em professores de educação física* (Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa).

Portaria n.º 223A/2018 do Ministério da Educação. (2018). Diário da República: I série, n.º 149. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/223-a-2018-115886163>

Quina, J. D. N. (2009). *A organização do processo de ensino em Educação Física*. Bragança: IPB, ESE.

Ramos, J. P. C. (2011). Relatório Final de Estágio Profissional.

Recomendação N.º 01/2020 do Conselho Nacional de Educação. (2020). Diário da República: II série, n.º 24. <https://dre.pt/dre/detalhe/recomendacao/1-2020-128828666>

Santos, J. R., & Henriques, S. (2021). *Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. Lisboa: Universidade Aberta.

Saraiva, C. (2017). Compromissos para o ensino e avaliação na Educação Física: uma experiência de contextualização do Programa Nacional. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*, (40), 49-58.

SPEF, S. (2017). Reflexão sobre o papel da disciplina de Educação Física no currículo nacional. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*, (39), 103-112.

Vieira, F. A. R. (2015). *As orientações educacionais dos professores, o currículo e a promoção de estilos de vida ativos em educação física* (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa).

4. REFLEXÃO FINAL/CONCLUSÃO

Ao iniciar esta reflexão final sinto-me, de facto, com a sensação de dever cumprido apesar dos muitos constrangimentos exteriores que foram surgindo e que contribuíram para que este desafio se tornasse, agora que estamos no término, ainda mais gratificante pois partilho a opinião de Fernando Pessoa, “Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo”!

Há que ressaltar que já tinha passado pela preciosa experiência do Estágio Pedagógico de Educação Física integrado na Licenciatura em Educação Física e Desporto no ano letivo 1998/1999 e reviver estas vivências tantos anos depois foi uma experiência muito significativa, que contribuiu inequivocamente para melhorar, enriquecer e aprofundar o meu desempenho profissional e pessoal como professora de Educação Física.

Por estas razões considere este processo como mais uma oportunidade única para o desenvolvimento de novas aprendizagens e partilhas.

Tenho plena consciência de que os laços criados com os alunos, a relação pedagógica e humana estabelecida com os mesmos se deve, por um lado, à minha maneira de ser e estar e, por outro, à minha larga experiência já que leciono desde os meus vinte anos!

Por outro lado, foi meu objetivo participar sempre de forma refletida, crítica e solidária nas organizações da escola contribuindo para a dignificação dos professores no geral e da Educação Física em particular, apresentando uma atitude positiva e de cooperação com todos os intervenientes da comunidade educativa.

Realizar a prática de ensino supervisionada só veio fortalecer o meu empenho, motivação e aprofundamento de saberes relacionados direta ou indiretamente com a disciplina, tendo sempre em conta que a Educação Física deverá ser uma atividade sistemática, com carácter educativo, integrada com outras áreas de aprendizagem e organizada de forma a concretizar uma grande variedade de objetivos pedagógicos.

Em síntese, considero que estive sempre motivada para aprender quer aprofundando os conhecimentos que me foram transmitidos quer analisando as minhas experiências no sentido que a nossa formação pode e deve ser um processo contínuo ao longo do nosso percurso profissional e que foi igualmente reforçado com a consecução do trabalho de investigação.

Por fim, não posso deixar de referenciar e agradecer, com toda a sinceridade, o auxílio da Prof. Dra. Paula Rodrigues e do Prof. Dr. Fernando Vieira por todo o apoio dado e pelas palavras proferidas em momentos em que, por motivos externos, o cansaço me estava a vencer.

Nunca será de mais realçar as suas competências profissionais e humanas!

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alaiz, V. (2020). Impactos: metamorfoses, desigualdades e expectativas. *Ensinar e aprender em tempo de COVID*, 19, 136-139.
- Alves, M., & Azevedo, N. (2010). Introdução:(re) pensando a investigação em educação. Investigar em educação: desafios da construção de conhecimento e da formação de investigadores num campo multi-referenciado. Caparica: UIED–FCT/Universidade Nova de Lisboa, 1-30.
- Araújo, F. & Diniz, J. A. (2017). A avaliação [formativa] em Educação Física. Breve síntese sobre a investigação realizada nos últimos 25 anos. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*, (39), 53-64.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Carvalho, L. M. D. de (2017). Avaliação das aprendizagens em Educação Física. *Boletim Sociedade portuguesa de educação física*, (10-11), 135-151.
- Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto & Sociedade Portuguesa de Educação Física. (2020). *Orientações relativas à suspensão das atividades letivas presenciais no 3º período*. Disponível em <https://cnapef.files.wordpress.com/2020/04/posic3a7c3a3o-cnapef-e-spef-suspensc3a3o-atividades-letivas-presenciais-1.pdf>
- Decreto-Lei n.º 14-G/2020 da Presidência do Conselho de Ministros. (2020). Diário da República: I série, n.º 72. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/14-g-2020-131393158>
- Decreto-Lei n.º 55/2018 da Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Diário da República: I série, n.º 129. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>
- Decreto Regulamentar n.º 10/99 do Ministério da Educação. (1999). Diário da República: I-B série, n.º 168. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-regulamentar/10-1999-353971>
- Despacho Normativo n.º 4-A/2016 dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação. (2016). Diário da República: II série, n.º 114. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho-normativo/4-a-2016-74717238>
- Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
- Despacho n.º 6605-A/2021 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. (2021). Diário da República: II série, n.º 129. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/6605-a-2021-166512681>
- Dias, I. (1994). *O inquérito por questionário: problemas teóricos e metodológicos gerais*. Porto: Universidade do Porto.
- Direção-Geral da Educação. (2021). *Educação Física à distância de um clique*. Disponível em <https://fitescola.dge.mec.pt/pagina.aspx?id=21>
- Direção-Geral da Educação. (2020). *Apoio às Escolas*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/>
- Direção-Geral da Educação. (2019-2021a). *Metodologias*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/documento/metodologias>
- Direção-Geral da Educação. (2019-2021b). *Educação Física à Distância de um Clique*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/recursos/educacao-fisica-distancia-de-um-clique>

Direção-Geral da Educação. (2019-2021b). #DesportoEscolarAtivo #FicaOn. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/recursos/desportoescolarativo-ficaon>

Direção-Geral da Educação. (2019-2021c). *Projeto MAIA – Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/documento/projeto-maia-projeto-de-monitorizacao-acompanhamento-e-investigacao-em-avaliacao>

Direção-Geral da Educação. (2019-2020). #EstudoEmCasa. Disponível em <https://estudoemcasa.dge.mec.pt/2019-2020/>

Direção-Geral da Educação. (2018). *Aprendizagens Essenciais*. Lisboa: Direção-Geral da Educação.

Fernandes, D. (2021). *CrITÉrios de Avaliação*. Lisboa: Direção-Geral da Educação. Disponível em https://apoioescolas.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-02/folha_criterios_de_avaliacao.pdf

Fernandes, D. (2008). Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. *Estudos em avaliação educacional*, 347-372.

Fernandes, M. A. F., Machado, E. A., Alves, M. P. & Vieira, D. A. (2021). Ensinar em tempos de COVID-19: um estudo com professores dos ensinos básico e secundário em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 34(1).

Gonçalves, C. A. (2017). Avaliação do processo de ensino-aprendizagem em Educação Física. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*, (10-11), 111-134.

Henriques, J. J. C. (2012). A avaliação autêntica em Educação Física: o problema dos jogos desportivos colectivos (Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona).

Jacinto, J., Carvalho, L., Comédias, J. & Mira, J. (2001). *Programa de Educação Física-10.º, 1.1º e 12.º anos*. Lisboa: Ministério da Educação.

Lei n.º 51/2012 da Assembleia da República. (2012). Diário da República: I série, n.º 172. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/51-2012-174840>

Oliveira, S. R. (2020). Como são as aulas de Educação Física à distância? *Educare.pt*. Disponível em <https://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=172067&langid=1>

Onofre, M. T. D. A. S. (2000). *Conhecimento prático, auto-eficácia e qualidade de ensino: um estudo multicaso em professores de educação física* (Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa).

Portaria n.º 223A/2018 do Ministério da Educação. (2018). Diário da República: I série, n.º 149. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/223-a-2018-115886163>

Quina, J. D. N. (2009). *A organização do processo de ensino em Educação Física*. Bragança: IPB, ESE.

Recomendação N.º 01/2020 do Conselho Nacional de Educação. (2020). Diário da República: II série, n.º 24. <https://dre.pt/dre/detalhe/recomendacao/1-2020-128828666>

Santos, J. R., & Henriques, S. (2021). *Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. Lisboa: Universidade Aberta.

Saraiva, C. (2017). Compromissos para o ensino e avaliação na Educação Física: uma experiência de contextualização do Programa Nacional. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*, (40), 49-58.

Simões, J., Fernandes, C. & Lopes, H. (2014). Avaliar em Educação Física: a necessidade de um quadro conceptual. *Problemáticas da educação física I*, 17-23.

Vieira, F. A. R. (2015). *As orientações educacionais dos professores, o currículo e a promoção de estilos de vida ativos em educação física* (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa).